





# CAPITAL DA EFICIÊNCIA

A manutenção do equilíbrio fiscal e o rígido controle das contas públicas foram definidos como pilares da atual gestão desde seu início, em 2021, dando sequência a uma política bem sucedida adotada, a partir de 2013, como regra de ouro da administração municipal. Além de garantir a execução de programas, projetos e ações, o lastro financeiro permitiu, ao município, o enfrentamento da pandemia da Covid-19, que demandou mais de R\$ 500 milhões de recursos próprios.

Mesmo diante das muitas dificuldades enfrentadas e da crise econômica em todo país, a credibilidade e a seriedade da gestão pública de Salvador permitiram a contratação de novos financiamentos externos e internos. Exemplo disso é a contratação de crédito junto ao Banco Mundial, no valor de U\$ 125 milhões, para a execução do Salvador Social II, voltado às áreas de saúde, educação e assistência social. Outros programas e projetos, já iniciados, como o BRT, o Proquali, o Prodetur e a reurbanização do Mané Dendê tiveram prosseguimento sem interrupções ou soluções de continuidade.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento e investir em bens e serviços, mantendo o cidadão como foco principal de suas ações, foi elaborado o Plano Estratégico de Salvador 2021-2024, contendo 100 metas e 103 projetos, num investimento de R\$ 4,9 bilhões. Construído de forma alinhada ao Plano Plurianual 2022-2025, a iniciativa estabelece as diretrizes que nortearão a administração municipal durante quatro anos.

As medidas restritivas adotadas, no ano, tornaram ainda mais urgentes a oferta de atendimentos digitais ao cidadão e levaram à criação de novos canais e de aplicativos para garantir a prestação de serviços durante a vigência de medidas restritivas.

Neste eixo, estão as atividades realizadas pelas secretarias municipais de Governo (Segov), de Comunicação (Secom), de Gestão (Semge) e da Fazenda (Sefaz), além da Casa Civil, da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos do Salvador (ARSAL), da Controladoria Geral do Município de Salvador (CGMS) e da Procuradoria Geral do Município de Salvador (PGMS).

## SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO (SEGOV)

A Segov tem por finalidade assistir ao Chefe do Poder Executivo Municipal, planejar, coordenar e executar a política de descentralização administrativa e promover o relacionamento com o cidadão e a articulação com o Legislativo Municipal.

No ano de 2021, diante da 2ª onda da pandemia da Covid-19, grande parte dos atos (decretos e leis) do executivo municipal dispuseram sobre medidas de proteção e para seu enfrentamento como o reconhecimento do estado de calamidade pública, a ratificação do protocolo de intenções para aquisição de vacinas e a ampliação do Auxílio Salvador por Todos, do SOS Cultura e do Programa CredSalvador.

Também foram elaborados os decretos relacionados aos protocolos de retomada gradual e segura do funcionamento das atividades econômicas, além de autorização para pagamento do Auxílio Salvador por Todos.

### PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Mensagens	26
Vetos	6
Leis Sancionadas	46
Leis Complementares	1
Decretos Administrativos	17
Decretos Financeiros	1.035
Convênio de Cooperação Técnica	14

## OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO (OGM)

O órgão tem como principal finalidade aproximar o cidadão da administração pública, através da avaliação das manifestações registradas desses cidadãos sobre o serviço público

municipal e encaminhá-los aos órgãos competentes. É papel da OGM acompanhar e cobrar soluções rápidas e efetivas às instâncias municipais, e garantir informações e respostas ágeis.

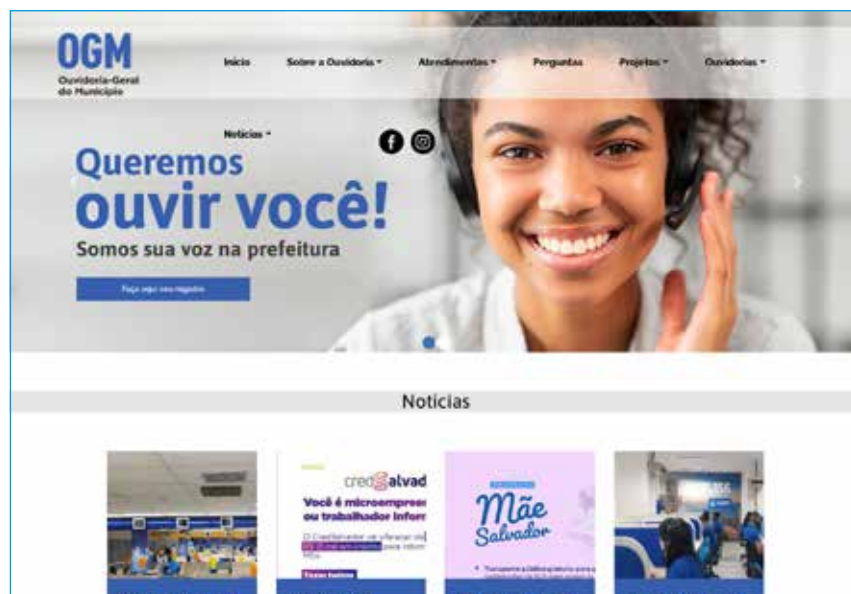
## REDE MUNICIPAL DE OUVIDORES

A OGM coordena a Rede Municipal de Ouvidores, composta por 30 ouvidorias e 60 ouvidores entre titulares e adjuntos, que interagem através do Sistema de Relacionamento ao Cidadão Fala Salvador, desenvolvido em parceria com a Companhia de Governança Eletrônica (Cogel) e Secretaria Municipal de Gestão (Semge) que permite a alimentação e o monitoramento de todos os processos desde o registro até o retorno ao cidadão, garantindo um atendimento personalizado, eficiente, comprometido e, acima de tudo, humanizado à população.

## FALA SALVADOR

O programa visa a estabelecer um padrão de atendimento único, no qual todos os órgãos da prefeitura estarão integrados num só canal. Sendo assim, possibilita fazer e acompanhar registros, solicitar serviços, obter informações, fazer elogios, reclamações e sugestões.

Em 2021, com o objetivo de proporcionar maior efetividade ao atendimento e processamento das demandas registradas no Sistema Fala Salvador através da Central 156, a Ouvidoria passou a realizar diagnósticos internos para identificação de gargalos e realizou treinamentos das equipes operadoras do call center.



## DISQUE SALVADOR 156

A central de teleatendimento Disque Salvador 156 presta atendimento 24 horas, todos os dias da semana. É responsável por receber, encaminhar e acompanhar as solicitações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias dos cidadãos da cidade de Salvador. Em 2021, foi implantado o novo Disque Salvador que integrou diferentes canais de comunicação, absorvendo os atendimentos



do 156 e as chamadas do 199, concentrando assim as demandas de todos os órgãos da administração pública de Salvador. No primeiro momento, a central funciona com 45 estações de atendimento, 24h, sete dias por semana, atuando inicialmente com telemarketing ativo e receptivo, com previsão de ampliação em curto espaço de tempo para a utilização de e-mails, chat *on-line*, redes sociais e mensagens instantâneas.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E PREFEITURAS BAIRRO (SACPB)

A Secretaria Geral de Articulação Comunitária e Prefeituras-Bairro é responsável pela interlocução das dez unidades das Prefeituras-Bairro, as comunidades e os órgãos governamentais, não-governamentais e demais secretarias municipais. Tem, por objetivo, realizar e supervisionar o exercício de atividades administrativas da competência do município, promovendo a participação da comunidade na gestão pública.

## ATENDIMENTO E PARCERIAS

Em 2021, as Prefeituras-Bairro realizaram um total de 527 mil atendimentos em suas 10 unidades e no Posto Avançado instalado na Ilha de Bom Jesus. Os serviços mais demandados, no período, foram: o cartão SUS, marcação de consultas e exames, dispensação de medicamentos, cadastro único Bolsa Família, cálculo da guia da previdência social, Simm - pesquisa de emprego, alistamento militar (CAM), certidão negativa de débito, emissão de DAM 2ª via Iptu, balcão de Justiça, 2ª via do alistamento militar (CAM), informação Primeiro Passo, verificação de sorteados - Minha Casa Minha Vida, entre outros.

## ATENDIMENTO POR UNIDADE

As unidades também apoiaram diversas campanhas solidárias de arrecadação de alimentos e de distribuição de cestas básicas rea-



lizadas como parte das ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19, que serviram de polo referencial das campanhas de vacinação e, através de parcerias com universidades, com o Sebrae e a Semur promoveram a qualificação da comunidade.



## OUVINDO NOSSO BAIRRO

O Programa Ouvindo Nosso Bairro 2021 alcançou um novo patamar com o aperfeiçoamento do sistema de votação *on-line* e ampliação de sua base de dados, utilizando, além do *site* oficial, o *site* das Prefeituras-Bairro, o sistema Fala Salvador e os aplicativos específicos para celular e *tablets* (plataformas android e IOS). Foram disponibilizadas para consulta 684 intervenções, que geraram 53.882 votos.

O valor orçamentário estimado para o atendimento das intervenções escolhidas corresponde a mais de R\$ 40 milhões. A formação do catálogo de obras dispostas para votação foi determinado através de estudos realizados por equipes interdisciplinares integradas por interlocutores da gestão municipal e dos conselhos comunitários, em convo-



cação aberta, ocorridas em todas as regiões administrativas de Salvador.

Após compilação dos dados, as informações foram separadas e encaminhadas às secretarias municipais para realização de análise da viabilidade técnica e orçamentária. O resultado das votações, que elegeu 30 intervenções a serem executadas, foi divulgado no *site* [www.ouvindonosobairro.com.br](http://www.ouvindonosobairro.com.br).

## PREFEITURA-BAIRRO ITINERANTE

O Projeto Prefeitura-Bairro Itinerante 2021 realiza ações sociais e atendimentos à comunidade fora da base física das unidades e em locais de difícil acesso e grande vulnerabilidade social. Em 2021, em função das medidas restritivas adotadas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, ocorreram apenas cinco eventos, num total de 1.038 atendimentos.

## VISITAS TÉCNICAS

Em 2021 foram realizadas diversas visitas técnicas, que correspondem ao levantamento de informações realizadas *in loco* com a finalidade de intermediar e acompanhar a execução dos serviços públicos municipais.

## OUVINDO NOSSO BAIRRO-INTERVENÇÕES ELEITAS

INTERVENÇÃO	LOGRADOURO	BAIRRO	PREFEITURA-BAIRRO	VOTOS
Drenagem	Rua Recanto da Urbis	Periperi	PB II – Subúrbio/Ilhas	4616
Recapeamento Asfáltico	Rua Doutor Artur Couto	Mussurunga	PB IV – Itapuã/Ipitanga	3911
Praça	Praça dos Veteranos	Centro	PB I – Centro/Brotas	2122
Abertura de Novas Vias (Ligação)	Rua Raul Leite	Vila Laura	PB I – Centro/Brotas	1608
Pavimentação de Novas Ruas	Rua do Lavrador	Valéria	PB X – Valéria	1213
Pavimentação de Novas Ruas	Rua São Benedito	Paripe	PB II – Subúrbio/Ilhas	690
Praça	Conjunto Pirajá	Pirajá	PB X – Valéria	607
Praça	Rua Almeida Júnior	Fazenda Coutos	PB II – Subúrbio/Ilhas	550
Praça	Rua Fernando Pedreira	Barreiras	PB VIII – Cabula	459
Praça	Rua Anquises Reis	Jardim Armação	PB VI – Barra/Pituba	450
Praça	1ª Travessa Paulo Fernando da Costa	Cassange	PB IV – Itapuã/Ipitanga	423
Praça	Rua 19 de Maio – Buraco da Gia	Acupe	PB I – Centro/Brotas	399
Drenagem	Travessa Acalanto	Jardim das Margaridas	PB IV – Itapuã/Ipitanga	394
Drenagem	Rua Anísio Gonçalves	Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro	PB V – Cidade Baixa	368
Drenagem	Travessa São Gonçalo	Plataforma	PB II – Subúrbio/Ilhas	360
Praça	Conjunto Novo Arvoredo	Beiru/Tancredo Neves	PB VIII – Cabula	343
Academia de Saúde	Loteamento Santo Antonio	Cajazeiras XI	PB III – Cajazeiras	317
Requalificação Urbana	Rua Manoel Philomeno de Miranda	Pituba	PB VI – Barra/Pituba	316
Praça	Rua Abelardo Magalhães	Mata Escura	PB VIII – Cabula	306
Encosta	Rua Papa-Capim	Canabrava	PB IX – Pau da Lima	295
Drenagem	Rua Juçara	Ribeira	PB V – Cidade Baixa	294
Praça	Rua Alecrim	Mirantes de Periperi	PB II – Subúrbio/Ilhas	260
Praça	Rua Cristiano Buys	Cabula	PB VIII – Cabula	254
Campo de Futebol	Rua Rafael Jambeiro	Itapuã	PB IV – Itapuã/Ipitanga	251
Praça	Rua A	Jaguaripe I	PB III – Cajazeiras	242
Recapeamento Asfáltico	2ª Travessa Mabaço de Baixo	Itacaranha	PB II – Subúrbio/Ilhas	227
Campo de Futebol	Rua São José	Palestina	PB X – Valéria	209
Drenagem	Avenida Engenheiro Raymundo Carlos Nery	Cajazeiras X	PB III – Cajazeiras	207
Praça	Rua Lívia Giffoni	Luís Anselmo	PB I – Centro/Brotas	206

## CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SALVADOR (CGMS)

A CGMS exerce a função de órgão central do Sistema de Controle Interno Integrado (SICOI). Tem, por finalidade, planejar, coordenar e executar políticas, diretrizes, normas, ações e providências que sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Municipal.

### CONTROLE INTERNO

Dentre as responsabilidades do Controle Interno, está a de comprovar a legalidade e a correta aplicação dos recursos públicos municipais. Com esse objetivo, são realizadas em caráter permanente atividades sistemáticas de controle destinadas, dentre outros fins, à verificação da regularidade na autorização de viagens e concessão de diárias na utilização de adiantamentos confiados a servidores públicos, nos repasses feitos a entidades sem fins lucrativos, a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais e recursos repassados por intermédio de Contrato de Gestão.

Em 2021, a Controladoria avaliou 644 processos de prestação de contas de recursos transferidos a terceiros por meio de contrato de gestão, convênios, adiantamentos e diárias, totalizando o monitoramento de R\$ 58.655.228,61.

### DESEMPENHO FISCAL E INDICADORES DE GASTOS PÚBLICOS

Com o objetivo de subsidiar a gestão com informações acerca da saúde fiscal do Município, a Controladoria realizou, em 2021, ações de monitoramento do desempenho fiscal, com análises mensais dos dados sobre a execução da receita e dos gastos públicos. Os dados foram confrontados com os indicadores do exercício anterior, tendo como parâmetro a execução dos orçamentos dos órgãos e entidades da administração pública municipal, de modo a permitir uma avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial mediante a elaboração de relatórios gerenciais.

No acompanhamento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Controladoria também realizou mensalmente o monitoramento dos limites constitucionais com Educação e Saúde, bem como do resultado primário que indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação.

### OBSERVATÓRIO DAS DESPESAS PÚBLICAS

O Observatório das Despesas Públicas Municipais (ODP), ao longo do ano, deu continuidade ao processo de monitoramento das contratações públicas efetuadas para o enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus. Executou também trilhas de auditorias de forma preventiva, a fim de evitar o dispêndio irregular de verba pública no que envolve o benefício social "SOS Cultura", instituído pela Lei Municipal nº 9.564/2021, com o objetivo de garantir aos trabalhadores do setor cultural e de eventos as condições mínimas de sobrevivência diante da pandemia de coronavírus.

Além dessas ações, foram realizados estudos específicos e a construção de trilhas de auditorias para a avaliação dos gastos com pessoal entre os anos 2019 e 2021. Houve ainda a produção de informações a partir do cruzamento de bases de dados acerca do CadÚnico e compras nacionais, a fim de apoiar os órgãos e entidades municipais nas contratações realizadas.

### ATOS NORMATIVOS

Em 2021, a CGMS ampliou a todos os órgãos e entidades municipais a divulgação diária do Informe CGM que apresenta um resumo

das publicações de leis, regulamentos, julgados e notícias relacionadas ao Controle Interno, além de dicas sobre cursos na área.

No que diz respeito à proposição de atos normativos, foram realizados estudos destinados à regulamentação do Sistema de Controle Interno Integrado do Poder Executivo do Município do Salvador (Sicoi), à elaboração de Código de Ética, voltado à atuação dos servidores que atuam no Sicoi, e à formulação de proposta do Regimento do Comitê de Acesso à informação.

## AUDITORIA

As atividades de auditoria desenvolvidas pela CGMS, por meio da Coordenadoria Central de Auditoria (CCAU), nos órgãos e entidades da Administração Pública buscam adicionar valor às unidades auditadas, de modo que os resultados dos trabalhos possam contribuir para o alcance dos seus objetivos organizacionais.

Os resultados das atividades desenvolvidas pela CCAU são consolidados em Relatórios de Auditoria (REAUDs), pareceres técnicos e trabalhos técnicos. Esses documentos reúnem os principais achados de auditoria obtidos durante a execução dos trabalhos, o reflexo desses achados para a administração pública municipal, assim como as recomendações que visam assessorar os gestores públicos municipais na tomada de decisão, na medida em que lhes possibilitam a correção de falhas, o aprimoramento dos processos e procedimentos necessários ao uso eficiente e eficaz dos recursos públicos.

### Relatórios de Auditoria (Reauds)

Quanto às auditorias concluídas de maior relevância em 2021, vale assinalar as realizadas nas áreas de Monitoramento, Gestão Governamental e Controle Interno no âmbito do Projeto Salvador Social (PSS), em continuidade ao trabalho iniciado em 2018, no qual a CGMS apoia e orienta os órgãos envolvidos no projeto quanto ao cumprimento dos procedimentos legais que disciplinam a execução do gasto público.

## PARECERES TÉCNICOS

Os pedidos de pareceres técnicos durante o ano foram, em sua maioria, relacionados a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos diversos contratos celebrados pela municipalidade. As atividades consistiram em avaliar as alterações contratuais em função de reajustes, revisões e repactuações, solicitadas pelas empresas contratadas.

### Impacto Financeiro

Os impactos financeiros obtidos com as atividades de auditoria atingiram, em 2021, o montante de R\$ 12,4 milhões, decorrentes de ações que permitiram o potencial ressarcimento/economia/redução de despesas nas contratações públicas.

## TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

O novo Portal Transparência Salvador, principal canal de interação com a sociedade soteropolitana no contexto das ações da Transparência Municipal, implementou um novo design, mecanismos de acessibilidade, consultas de informações customizadas e disponibilização de dados em formato aberto. Em 2021, o novo portal recebeu 348.718 visitas de páginas.

Dentre os conteúdos disponibilizados no Novo Portal Transparência Salvador, os que revelaram maior interesse por parte dos usuários foram os dados sobre servidores públicos municipais (60,72%), as informações relativas às despesas do Município (23,24%), fornecedores do Município (7,58%), informações sobre licitações e contratos (3,97%), seguidas pelas informações sobre as receitas do município (3,27%) e as informações em Dados Abertos (1,22%).

### Comitê de Informações para o Acesso Público (CIAP)

Com o propósito de ampliar e otimizar as ações da Transparência Municipal, em 2021, foram instituídos os trabalhos do Comitê de



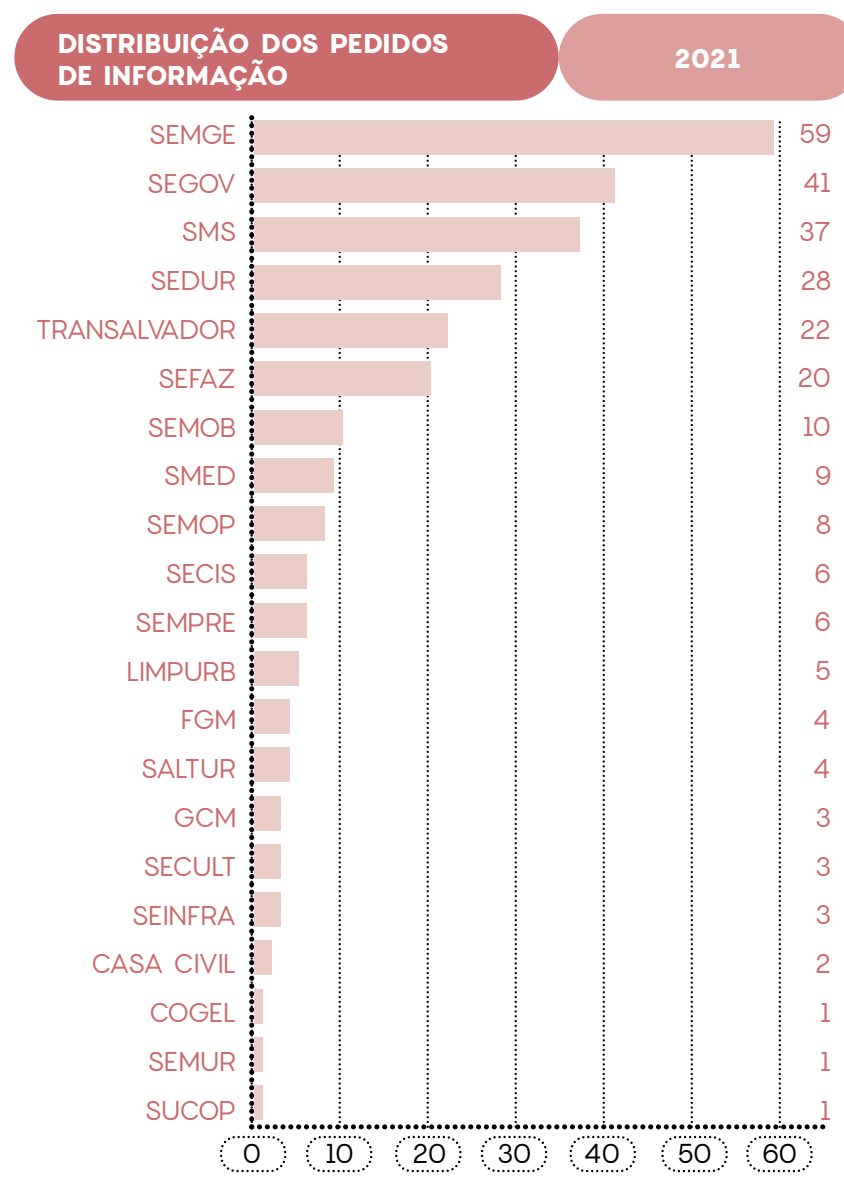
Informação para o Acesso Público (CIAP). Dentre as ações realizadas em 2021, encontra-se a elaboração do Regimento Interno do Comitê e do manual de orientação para as ações de classificações das informações com graus de sigilo.

### PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

A Controladoria monitora os pedidos de acesso à informação dirigidos aos órgãos e entidades da administração pública (Transparência Passiva), para garantir o trâmite nos prazos e condições determinadas pela Lei de Acesso à Informação. Durante o ano de 2021, foram registrados e atendidos 273 pedidos de informação.

### AÇÕES CORRECIONAIS

A Controladoria Geral do Município do Salvador desenvolve atividades de planejamento, monitoramento e controle de ações corretivas no âmbito da Prefeitura. Dentre as atividades executadas em 2021, está a continuidade das análises de indícios de acumulação de cargo, emprego ou função pública por servidores, totalizando 386 processos. No ano, 2.891 processos relacionados ao Recadastramento Anual foram verificados.



Fonte: Fala Salvador

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR (PGMS)

A PGMS é responsável pelo assessoramento jurídico da Prefeitura. Atua na representação judicial do município, em defesa de seu patrimônio, de seus direitos e interesses.

### COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19

Durante o enfrentamento à pandemia da Covid-19, a PGMS participou da elaboração dos decretos municipais e acompanhou a legislação correlata, com a atualização do boletim informativo, para auxílio dos procuradores, gestores e demais servidores. Também criou o Grupo de Trabalho “Emergência SMS”, reforçando a equipe de procuradores.

A execução contratual dos Hospitais de Campanha instalados pelo Município, para combate ao novo coronavírus mereceram atenção da PGMS que efetuou o acompanhamento das requisições administrativas realizadas para enfrentamento da Covid-19, com base na Lei nº 13.979/2020, incluindo reuniões com as Secretarias Municipais de Administração e de Saúde e o Ministério Público.

A PGMS fez a defesa e o acompanhamento de acordo em ação indenizatória de cerca de R\$ 35 milhões do Hospital Sagrada Família, requisitado administrativamente para utilização na pandemia e obteve a reintegração de posse do imóvel do antigo Hospital Santa Clara, que havia sido requisitado administrativamente para serviços de saúde voltados ao enfrentamento da Covid-19. Também interpôs recursos em diversas demandas judiciais que concediam prioridade na vacinação de determinadas categorias profissionais, a fim de garantir a ordem do calendário do Ministério da Saúde.

Promoveu ainda o ajuizamento de ações judiciais e recursos, bem como orientações jurídicas em sede administrativa, relacionados ao retorno às aulas dos alunos da rede municipal de ensino. A PGMS auxiliou a elaboração de diversos projetos de leis aprovados, a exemplo das leis que instituíram os Programas de Retomada do Setor Cultural do Município de Salvador (Procultura) e o CredSalvador, que criou o Fundo de Crédito Emergencial do Município de Salvador, no contexto das medidas para o enfrentamento econômico da pandemia da Covid-19.

### SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO (STCO)

O processo de intervenção e decretação de caducidade de uma das empresas integrantes do Consórcio Integra mereceu acompanhamento constante da PGMS que participou das reuniões entre o executivo municipal e o Ministério Público. Como resultado, foram elaborados acordos de readequação das linhas e trabalhista com manutenção parcial dos funcionários da concessionária afastada e pagamento de verbas rescisórias da categoria desligada.

### Governança Interna

No ano, foi criado o Núcleo de Pessoal e Previdenciário (NPP), com o objetivo de especializar a temática, padronizar os pareceres e uniformizar os entendimentos sobre as matérias envolvendo servidores públicos e seus direitos previdenciários. Também foi elaborado, em parceria com a Semge, instrução normativa que regulamenta o exercício, gozo e direitos pecuniários correspondentes às férias de servidores públicos.

### PROCESSOS

Atividade 2021	Quantitativo
Processos Recebidos/Despachados	1.118
Processos Analisados/Homologados	521
Documentos Recebidos/Despachados	363
Documentos dos Oficiais de Justiça	795
Ofícios Expedidos	81
<b>Total</b>	<b>2.878</b>

Fonte: PGMS/GAB

## COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES (COREP)

A PGMS atua junto aos diversos órgãos e entidades da administração municipal por meio de um sistema de representação jurídica (RGPMS), sob a organização da Coordenadoria das Representações (COREP). Em 2021 a Procuradoria examinou, por intermédio de suas Representações nos órgãos e entidades municipais, o quantitativo de 10.685 processos.

## PROCURADORIA CÍVEL, ADMINISTRATIVA E TRABALHISTA (PROCAT)

As Procuradorias Especializadas, reunidas na Procat, tanto a Judicial Trabalhista (Ejutr) quanto a Judicial Cível e Administrativa (Ejuca) participaram, em 2021, de 409 audiências, emitiram 2.756 notificações, citações ou intimações e efetuaram 204 contestações. Os processos administrativos no Esalvador foram 1.287, no caso da Ejutr. E, no caso da Ejuca, foram 27.849 mandados de segurança, 16.585 petições e 4.162 processos digitais.

## PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO, URBANISMO E OBRAS (PROAPO)

No âmbito da Proapo, foram contabilizados 1.837 processos, dos quais, 847 da área Especializada Administrativa e 990 da Especializada Judicial. Além disso, foram emitidas 1.560 notificações e 751 petições, realizadas 105 audiências e elaborados 492 ofícios e comunicações internas.

## PROCURADORIA FISCAL (PROFI)

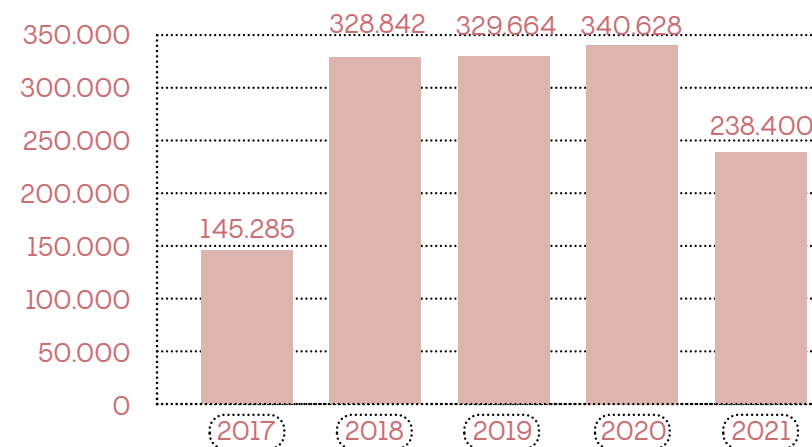
A Profi é a área com o maior volume de atividades na PGMS. No ano, tramitaram 119 processos na execução e 23.519 na chefia especializada judicial. Foram ainda 2.227 processos administrativos recebidos e 2.414 processos administrativos enviados.

## DÍVIDA ATIVA (CDA)

O estoque da Dívida Ativa, contabilizou 415.665 inscrições com débitos, tributários ou não tributários, totalizando um valor corrigido de R\$ 22.643.191.321,75.

### COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

2017 A 2021  
JAN. A DEZ.



Até o dia 31 de dezembro de 2021, foram inscritos 238.400 débitos, considerando como tal cada lançamento contábil devido por cada contribuinte.

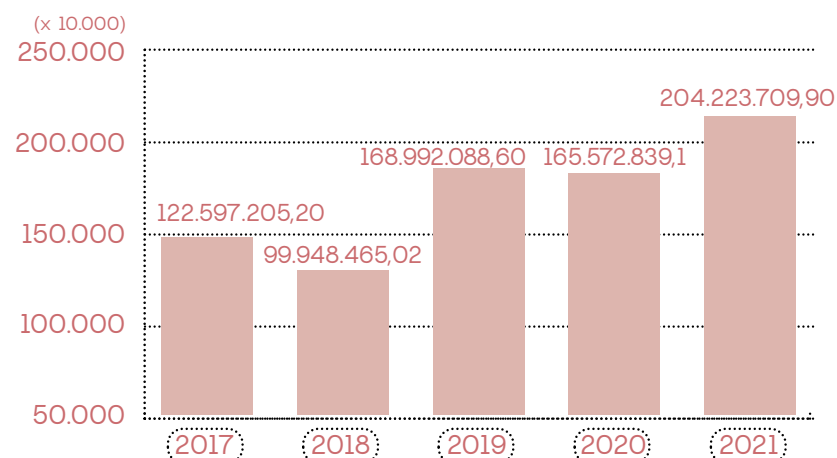
Foram ajuizados no ano 112.973 débitos, que somados, totalizaram um montante de R\$ 1.253.042.625,37 e representam um total de 28.662 execuções judiciais. Assim, apesar da paralisação imposta pela pandemia, ensejando o trabalho remoto via home office, a Procuradoria conseguiu ajuizar em lotes de débitos, como era feito anteriormente com a integração ao sistema E-saj.

Quanto à recuperação dos débitos, a arrecadação da Dívida Ativa, foi contabilizada através de pagamento por DAM a cifra de R\$ 204.223.709,86.



## COMPARATIVO DE VALORES DE ARRECAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA

2017 A 2021  
JAN. A DEZ.



Foram baixados, em 2021, por prescrição, débitos no valor total de R\$ 101.334.616,53. A parcela do estoque da Dívida Ativa, baixa por anulação e cancelamento, totalizou R\$ 3.240.809.383,47.

Em relação aos processos de compensação tributária, foi baixado o montante de R\$ 485.642,34, considerando todos os sistemas da Dívida Ativa (SAT/DAT, AI e NFL), em razão da possibilidade da utilização de Transcon, implementado pelo município no exercício de 2020.

Quanto à recuperação dos débitos, a arrecadação da Dívida Ativa, foi contabilizada através de pagamento por DAM a cifra de R\$ 204.223.709,86.

## Indicadores da Dívida Ativa – Dezembro de 2021

	QUANTIDADE	VALOR
Ajuizados	112.973	R\$ 1.253.042.625,37
Ações Judiciais	28.662	R\$ 1.253.042.625,37
Inscritos	238.400	R\$ 990.907.001,06
Estoque/Créditos	415.665	R\$ 22.643.191.321,75
*Arrecadação	-	R\$ 204.223.709,86
Prescritos	99.568	R\$ 101.334.616,53
Exclusão de Encargos	12	R\$ 81.422.471,05
Cancelados/Anulados	29.423	R\$ 3.240.809.383,47
Compensados	190	R\$ 485.642,34
Renúncia de Encargos PPI	10.464	R\$ 33.626.060,26
Contribuintes atendidos na DA	16.942	

\* A arrecadação foi fornecida pela SERCO/CCT/SEFAZ NTI/PGMS em 04/01/2022  
Fonte: Sistemas de AI, NFL, SAT Dívida Ativa e SGA Livre

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO (SECOM)

A Secom tem o objetivo de divulgar informações à população e também coordenar as ações governamentais dentro dos princípios da transparência, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos. Supervisiona a adequação das mensagens aos públicos, também coordena as assessorias de comunicação de diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do município.

### JORNALISMO

Em 2021, a Secom divulgou as informações, ações e realizações da administração municipal à imprensa e ofereceu suporte às demandas dos veículos jornalísticos e orientação às assessorias de Comunicação da Prefeitura de Salvador. Também iniciou o processo de reconfiguração da produção de informações, com a implantação de um estúdio de gravação e adoção de novas ferramentas tecnológicas, incluindo o processo de contratação do serviço de clipagem eletrônica de notícias, em andamento.

A produção jornalística foi divulgada através de ferramentas como mailing list, grupo de aplicativo de mensagens instantâneas, pelo *site* Agência de Notícias e portal Salvador. A Secom também organizou a divulgação e cobertura das entrevistas coletivas do chefe do Executivo e das principais ações municipais e encaminhou sugestões de pauta à imprensa.

Foi efetuada, ainda, a clipagem e análise das notícias publicadas nos principais veículos de comunicação e elaboradas notas e respostas às críticas e questionamentos relacionados à prefeitura.

### PUBLICIDADE

Com a finalidade de comunicar e divulgar projetos, são publicizados programas e ações da prefeitura, tanto as institucionais quanto as de utilidade pública de interesse do munícipe. Para isso, as agências de publicidade licitadas planejam e executam soluções através de peças e campanhas publicitárias que atendam às demandas de comunicação da gestão, incluindo as secretarias e suas necessidades.

Através de engenhos e equipamentos especialmente desenvolvidos para a cidade, bem como peças mais simples – *banners*, *backdrops*, painéis, entre outras opções gráficas e visuais, a comunicação ganha as ruas ampliando o alcance e a assertividade da mensagem.



Cabe também à Secom gerenciar, acompanhar e fiscalizar, em consonância com as normas e diretrizes da PMS, os contratos de publicidade e comunicação visual, controlando a utilização de verbas estipuladas nos respectivos contratos. É da responsabilidade da Secom também a verificação e aprovação de qualquer forma de divulgação em que se utilize a marca da Prefeitura Municipal de Salvador e secretarias do município, a fim de padronizar e, assim zelar, pela imagem institucional.

Em 2021, a divulgação do esquema de vacinação da Covid-19 e seu caráter de urgência desafiaram o departamento que conseguiu desenvolver uma estratégia de comunicação com carros de som, mídia digital e e-trucks nas filas de vacinação, informando a população de maneira rápida, dinâmica e clara.

A Comunicação da prefeitura promoveu também uma campanha sobre conscientização da velocidade dos motociclistas com modelos portadores de deficiência.

### Comunicação Digital

As redes sociais da Prefeitura de Salvador estão consolidadas como elo de ligação entre a gestão e o cidadão. Em 2021, foi desenvolvida uma série de estratégias para ampliar o alcance e o aumento das interações nos canais proprietários. Todas essas iniciativas tinham a principal meta de ser uma das prefeituras mais seguidas do mundo. No mês de agosto, Salvador alcançou essa marca, ultrapassando Jacarta, capital da Indonésia, e Medellín, cidade da Colômbia.

Com a pandemia da Covid-19, o uso das redes sociais foi ampliado e, principalmente, a visibilidade dos perfis da Prefeitura, com o início da vacinação contra o coronavírus. Vídeos, remakes de campanhas famosas e elementos do “Tik Tok” foram ferramentas utilizadas para atingir mais pessoas durante a campanha de imunização da população. A Prefeitura atingiu a marca de 1 milhão de seguidores em todas as redes sociais, além de uma média de 1,5 milhão de interações por mês.

**VOLTA  
POR  
CIMA**  
PLANO RETOMADA  
SALVADOR

Novos Empregos  
**80MIL**

**SALVADOR**  
PREFEITURA  
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL



## SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO (SEMGE)

A Semge tem, por finalidade, construir uma gestão de recursos humanos, bens, patrimônio e serviços para viabilizar as políticas públicas do município, em confluência com a modernização e a garantia da excelência, através de relações humanizadas, participativas, transversais e transparentes.

### SISTEMAS CORPORATIVOS

A gestão, o desenvolvimento e o suporte dos sistemas corporativos da Prefeitura de Salvador estão sob a responsabilidade da Semge, através do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI). A centralização desses sistemas permite a adoção de uma padronização da linguagem de programação e domínio dos códigos fontes, de modo a garantir autonomia, governabilidade e economia.

Atualmente, estão sob a gestão da Semge o desenvolvimento e a manutenção do sistema de Recadastramento, o eSalvador, o portfólio de processos, o Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (Sigeo), o Sistema de Indicadores de Gastos (Kostos), o Sistema de Gerenciamento de Contratos (Symvasi), o Cadastro de Materiais (Cadmat), o Sistema de Controle das Contribuições do FGTS (Chronos) e Licit-e, o Sistema de Gerenciamento de Projetos (Projete) e o Sistema Integrado de Gestão de Serviço (SIGS).

#### e-Salvador

Com investimentos diretos na ordem de R\$1,5 milhão, o projeto de gestão eletrônica de processos, em quase 1 ano, poupou mais de R\$ 7 milhões em folhas de papel A4, equivalente a 700 árvores que seriam utilizadas. Em 2021, pelo e-Salvador, tramitaram cerca de 190 mil processos e 1,1 milhão de despachos. Com mais de 35 mil usuários internos cadastrados, o sistema favoreceu a unificação dos protocolos, a redução de custos operacionais, a rastreabilidade dos processos administrativos em tempo real, o aumento da performance e produtividade dos servidores.



### PORTFÓLIO DE PROCESSOS

O sistema foi desenvolvido localmente sem custos diretos, para armazenar documentos e informações relacionadas aos processos administrativos e organizacionais da PMS, como formulários, diagramas de fluxo, legislação, entre outros. O sistema também será integrado ao módulo de cadastro do eSalvador. Oferece sistematização de uma base única de processos administrativos e organizacionais com a respectiva documentação integrada e otimização da gestão das tipologias de processos administrativos vigentes no eSalvador. O objetivo principal é auxiliar o usuário do sistema a classificar os processos eletrônicos com maior presteza.

### Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (Sigeo)

Com objetivo de disponibilizar um sistema único que reúna as informações sobre as estruturas dos órgãos e entidades da PMS, fornecendo um banco de dados constantemente atualizado, o Sigeo, desenvolvido localmente e com recursos próprios, oferece acesso às informações sobre a estrutura organizacional, gerando segurança de dados e agilidade, de forma atualizada e condensada em um único sistema. Atualmente está em ambiente de produção, mas seu lançamento oficial, bem como integrações com outros sistemas legados, está previsto para março de 2022.

### Licit-E Salvador

A ferramenta eletrônica, com interface com o Sistema Integrado de Gestão de Materiais e Patrimônio (SIGM), oferece facilidades ao usuário para elaboração de Termo de Referência (TR) padronizado, além de funcionalidades como a identificação do histórico de consumo das unidades, calendário de compras, pesquisa de preço, geração do edital padrão e publicações relativas ao certame, de forma automatizada.

### Sistema de Gerenciamento de Projetos (Projete)

Com a finalidade de centralizar as informações mais relevantes para um gerenciamento de projetos mais efetivo, essa ferramenta tecnológica oferece módulos para os gerentes de projetos, bem como para a unidade central, de modo a facilitar os processos de registro, atualização e monitoramento. Atualmente o sistema está em ambiente de homologação, devendo ser lançado até junho de 2022.

### Sistema Integrado de Gestão de Serviço (Sigs)

O sistema tem o objetivo de garantir um melhor atendimento às solicitações dos órgãos e entidades e otimizar o acompanhamen-

to dos prazos, estabelecidos para a execução dos serviços pelas operadoras e/ou concessionárias. Desenvolvido localmente e sem custos, com implantação prevista para janeiro de 2022, o SIGS favorece a padronização das rotinas e segmentação das atividades de atendimento das demandas de serviços de telefonia, dados, energia, água e esgoto.

### Sistema de Indicadores de Gastos (Kostos)

O Sistema de Indicadores de Gastos (Kostos) viabiliza a construção de indicadores de gastos das atividades meio e fim, permitindo uma análise comparativa com as entregas realizadas. Em 2021, o sistema passou por customizações que permitiram a reclassificação dos gastos para elemento de despesa e subelemento de despesa que melhor reflita a natureza do gasto, sem interferir na informação primária oriunda do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

### Sistema de Gestão de Contratos (Simvasy)

O Sistema de Gestão de Contratos (Simvasy) é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pela Semge, com objetivo de viabilizar um aprimoramento no gerenciamento dos contratos sistêmicos, alocações de serviços, de bens móveis, de bens imóveis e de serviços de mão de obra.

A ferramenta oferece condições de realização de faturamento de consumo de serviços de telecomunicações e contratos de postos de serviços, transportando do meio físico para o digital a gestão e fiscalização destes contratos administrativos. Até junho de 2022 estará plenamente implementada.

### Cadastro de Materiais (Cadmat)

A ferramenta permite cadastrar e solicitar materiais. O sistema foi desenvolvido localmente e sem custos diretos e se encontra em fase de homologação.

## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

### Cargos em Comissão e Funções de Confiança

Com o objetivo de estabelecer um padrão normativo para evitar sobreposições de atribuições e reforçar a segurança jurídica, a iniciativa otimiza o processo de construção regimental e reúne num único decreto as atribuições dos cargos em comissão e funções de confiança.

### Padronização dos Atos Normativos

Com objetivo de oferecer uniformização dos atos normativos internos, a Semge publicou um Manual de Padronização até julho de 2022, colaborando com a orientação aos órgãos e entidades acerca das hipóteses de utilização dos atos normativos.

### Manual de Gerenciamento de Projetos

Concebido para disseminar entre os servidores os conhecimentos mais relevantes relacionados ao gerenciamento de projetos e suas boas práticas, o manual estabelece procedimentos a serem observados no processo de proposição e de gerenciamento e monitoramento dos projetos em todo o seu ciclo de vida, desde a iniciação ao encerramento, garantindo a otimização das atividades e maximização dos seus resultados.

## IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL

O projeto já realizou atualização da base cadastral e qualificação cadastral de mais de 30 mil servidores, e a transmissão com sucesso da primeira fase contemplando os cerca de 54 eventos de tabelas dos órgãos, fundações e autarquias que compõem a estrutura da PMS com prévia auditoria dos dados. Estão previstas ainda ações de endomarketing e implantação de novas políticas para processamento da folha de pagamento e gestão trabalhista.

Também os procedimentos da folha de pagamento estão em fase de adequação às exigências do e-Social. Estão sendo normatizadas as publicações de nomeação e exoneração e reprogramados o fechamento da folha definitiva para o último dia útil do mês para contemplar todas as movimentações da competência e alterar o cronograma de pagamento da folha, com o objetivo de evitar aplicação de penalidades e multas ao Gestor Público por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e bloqueio da CND conjunta do município.

### Saúde Ocupacional

A Política de Saúde Ocupacional (PSO) visa a garantir a melhoria da qualidade de vida dos servidores municipais, além do controle de ausência por motivo de saúde. Dentre as ações correlatas, estão previstas a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e do Programa de Controle Médico Ocupacional (PCMSO). O projeto piloto tem investimento na ordem de R\$ 160 mil.

## DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS E DE SERVIDORES

Através do Programa Capacita Mais, a Semge desenvolve ações para fortalecer as competências e ampliar o comprometimento de servidores e lideranças com suas atividades na Prefeitura. Ao longo do ano, o Programa Lideranças de Alta Performance estimulou a criatividade e o desenvolvimento de líderes, num investimento de R\$ 160 mil.

Já os servidores contaram com um investimento de R\$ 50 mil, aplicados em gratificação por atividades de instrutoria e contratação de serviços de transmissão de eventos *on-line*. Mais de quatro mil servidores foram capacitados em 1.381 horas-aula por meio de 85 turmas realizadas nas áreas de tecnologia da informação, comportamental e licitação e pregão.

Na área de licitações, a Semge adotou outra iniciativa para aprimorar as competências dos servidores que atuam na área. Através de um ciclo de debates, composto por 20 encontros em for-



mato de live, especialistas nacionais renomados, procuradores do município e convidados apresentaram assuntos relacionados ao tema. Também foram oferecidos oito cursos na área, num investimento total de R\$ 17,6 mil. A iniciativa propiciou a atualização, o fortalecimento e o desenvolvimento de competências técnicas de mais de dois mil servidores e interessados na área de licitações e contratos.

Para fortalecer e engajar servidores durante e após-pandemia Covid-19, a Semge realizou 10 cursos. A iniciativa faz parte do Capacita Mais e conta com investimento de R\$ 3,6 mil aplicados em gratificação por atividades de instrutoria interna.

## FORMAÇÃO INICIAL

O projeto de formação inicial, elaborado pela SEMGE e realizado em parceria com os órgãos/entidades de lotação dos novos servidores, consiste num curso introdutório nas rotinas do Serviço Público municipal. A ação é parte integrante do Programa de Formação, Aperfeiçoamento e Desenvolvimento de Servidores da PMS. No ano, 170 novos servidores efetivos participaram da formação, num investimento de R\$ 1,8 mil reais com gratificação de instrutoria interna.

## PROJETO MÊS DO SERVIDOR

Reúne um conjunto de atividades em comemoração ao mês do servidor, comemorado em 28 de outubro. A edição 2021 contou com uma pesquisa de opinião na qual os servidores indicaram ou sugeriram parcerias de seus interesses, além da realização de três lives com temas relevantes para os servidores, como Mesa Redonda Competências Inovadoras para o Serviço Público, Previdência Complementar, Prevenção e Enfrentamento ao Câncer de Mama e a realização da premiação do Servidor Destaque 2021, evento homenageando 40 servidores eleitos como destaques de cada órgão/entidade da PMS. O município investiu mais de R\$ 50 mil para realização das ações.

## GESTÃO DO DESEMPENHO DE SERVIDORES

A Comissão Central da Avaliação Especial de Desempenho realiza a gestão do desempenho dos servidores em estágio probatório, por meio do acompanhamento e suporte às comissões setoriais. São submetidos à avaliação os servidores titulares de cargo efetivo para fins de confirmação ou não no cargo, mediante a apuração de critérios como pontualidade, assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade e ética. Foram realizadas 92 avaliações de desempenho realizadas de servidores em estágio probatório na SMS (83), Smed (8) e Transalvador (1).

## REDA VACINA COVID-19 E STCO

O recrutamento e as contratações por prazo determinado de 273 técnicos em enfermagem, em regime de 30 e 40 horas para o provimento de ações de prevenção e controle para enfrentamento da Covid-19 (REDA Vacina), implicaram num investimento de R\$ 914 mil/mês.

Para garantir a continuidade da prestação de Serviço de Transporte Coletivo de Passageiro por Ônibus (STCO), foram investidos R\$ 9.735.079,18/mês para a contratação de 2.775 profissionais, garantindo a prestação de serviços de transporte urbano.

## ESTÁGIOS DE ENSINO SUPERIOR

A realização do processo seletivo de estágio de Ensino Superior, visando a contratação de estagiários de Medicina e Enfermagem para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), resultou num investimento de mais de R\$ 13 mil/mês.

Já o processo seletivo para estagiários de pedagogia da Smed exigiu um investimento de R\$ 420 mil/mês, enquanto os estagiários da Semdec, dos cursos de Administração e Economia para o programa Agente de Empreendedorismo custaram R\$ 95 mil/mês aos cofres municipais.

## PROGRAMA BOLSA ESTUDO - PBE 2022

A reestruturação do Programa de Bolsa Estudo objetiva otimizar o acesso à Educação com Auxílio Educação para servidores municipais da Administração Direta, autarquias e fundações, além de empregados públicos municipais, cujos filhos dependentes estiverem cursando o Ensino Infantil, Fundamental ou Médio. Com investimento de cerca de R\$ 14 milhões, a iniciativa proporciona condição de estudos a diversas famílias dos servidores municipais.

Com investimento de mais de R\$ 416 mil, o sistema implantado garantiu automatização que promoverá melhores práticas de gestão, através da padronização dos procedimentos operacionais.

## PROVA DE VIDA DIGITAL

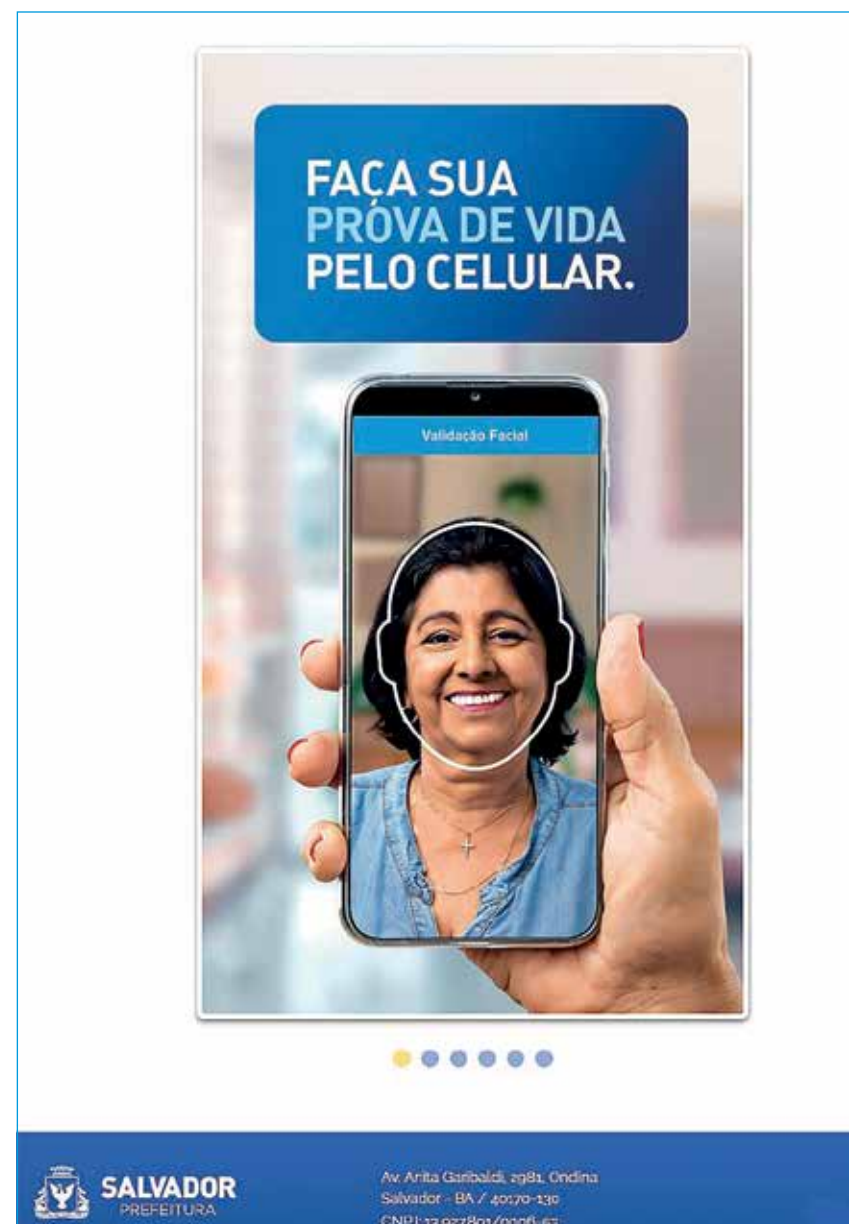
Com o advento da pandemia do novo coronavírus, o projeto tem o objetivo da realização de prova de vida dos segurados (aposentados e pensionistas), visando a manutenção dos benefícios. O procedimento pode ser feito pelo celular do beneficiário, que deve baixar o aplicativo Meu RPPS, disponível para Android e iOS, para realizar, com segurança e comodidade, a prova de vida por meio de reconhecimento facial. A ferramenta possui ainda um tutorial mostrando o passo a passo para fazer a prova de vida. 80% do público-alvo realizou a prova de vida em 2021.

## LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

Em 2021, a Semge realizou a gestão de 159 contratos sistêmicos na ordem de R\$ 1,2 milhão e licitações, que geraram uma economia superior a R\$ 63 milhões, entre o custo previsto e o adjudicado.

## GESTÃO ESPACIAL DE SERVIÇOS E CONTRATOS

Com investimentos na ordem de R\$ 300 mil, a iniciativa busca garantir a identificação dos imóveis através da geolocalização, acom-



panhar e controlar os custos dos serviços vinculados aos imóveis, através da integração com outros sistemas dedicados, validar as informações dos imóveis através do cruzamento de dados e imagens, minimizando o trabalho de campo (tempo e custo), contando com uma base confiável e atualizada de dados para a administração.

## CASA CIVIL

A Casa Civil tem, por finalidade, a gestão e o controle de projetos estratégicos intersetoriais, a captação de recursos financeiros, a criação e o acompanhamento do planejamento estratégico do município e a avaliação de resultado das ações do Poder Executivo municipal. Também atua na gestão, coordenação do planejamento e execução orçamentários, com o objetivo de promover uma gestão fiscal responsável, que equaciona o emprego dos recursos com o interesse público do gasto.

## PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

No âmbito do planejamento orçamentário, o primeiro ano de gestão agrega a exigência constitucional de elaboração do Plano Plurianual (PPA) que se estende pelos quatro anos subsequentes, além da construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), peças anuais com vigência no ano seguinte ao de sua elaboração.

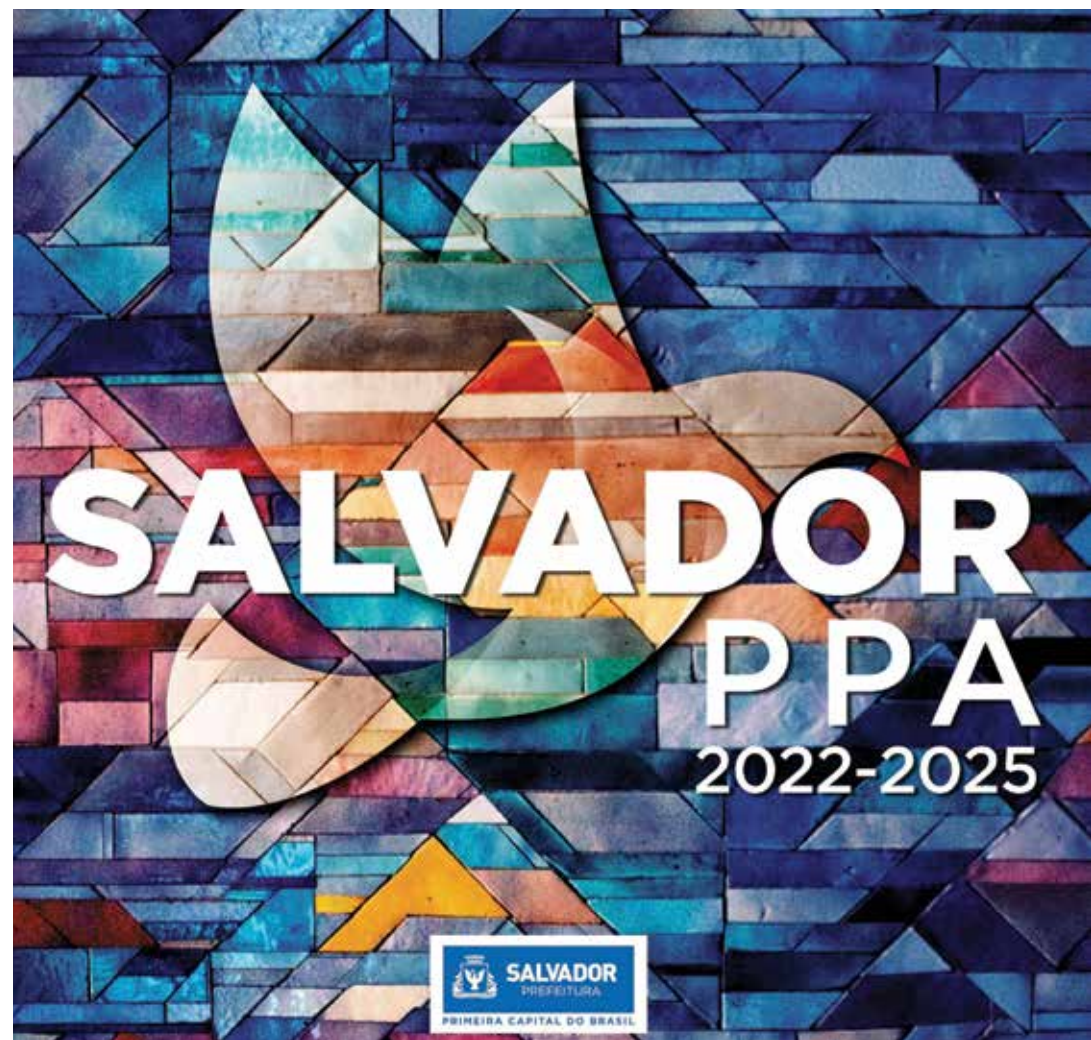
No primeiro semestre, o ciclo de planejamento foi iniciado com o amadurecimento e sistematização dos compromissos de governo para a nova gestão, a elaboração dos estudos econômico e fiscal que subsidiaram a construção do Plano Plurianual, o desenho de cenários de receitas e despesas e a elaboração da LDO 2022, estabelecendo diretrizes executivas e balizas orçamentárias, financeira e fiscal para construção do Orçamento 2022.

Ainda no primeiro semestre teve início a composição do PPA 2022-2025, com base na receita estimada para um período de quatro anos, e em estreita articulação com os compromissos firmados no Plano de Governo e no Plano Estratégico 2021-2024. Foram estabelecidos oito eixos ou diretrizes estratégicas e propostos 15 programas para serem viabilizados no quadriênio através da execução de 356 ações, financiadas por recursos orçamentários de R\$ 34,5 bilhões e aproximadamente R\$ 6 bilhões extraorçamentários.

A elaboração do Plano Plurianual envolveu ainda um amplo processo de integração de diversos instrumentos, tais como: estudos econômicos apontando os cenários atual e futuro da

cidade e demandas populares levantadas através do Programa Ouvindo Nosso Bairro, além das informações contidas em outros documentos como o Plano Salvador 500, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), entre outros planos e propostas.

Ancorando-se no disposto no PPA, a LOA apresenta aquilo que será possível realizar dentro do realinhamento das receitas e despesas previstas inicialmente na LDO, atualizadas com o as





projeções da Sefaz e da Diretoria de Captação de Recursos da Casa Civil, das despesas de administração sistêmica acompanhadas pela Semge e do cenário macroeconômico, além da pro-

gramação específica de cada unidade levantada com apoio de seus Núcleos Orçamentários Financeiros (NOFs) e validada pelos respectivos dirigentes.

### Acompanhamento da Execução

Ao longo do ano, em paralelo às ações de planejamento, também realizou o trabalho de acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira, além de elaborar relatórios gerenciais para subsidiar as decisões dos dirigentes e auxiliar na gestão do programa de trabalho estabelecido para o exercício.

Na dinâmica do acompanhamento das ações realizadas pela PMS, as dotações consignadas na LOA sofreram ajustes, quer sejam voltados à ampliação das dotações orçamentária e/ou alinhamento do planejamento inicial, à realidade de execução. Assim, tendo em vista o objetivo de efetuar estes ajustes no orçamento, no decorrer do exercício e até o início do mês de dezembro foram efetivadas 1.238 modificações orçamentárias, mediante decretos do Executivo. Destas, 382 referentes a alterações no Quadro de Detalhamento de Despesas e 856 relativas a Créditos Adicionais. Em conjunto, estas modificações movimentaram recursos orçamentários da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

### FORTALECIMENTO DA REDE

Como no exercício de 2020, no ano de 2021 em função da pandemia da Covid-19, as capacitações presenciais programadas foram suspensas e realizados apenas os treinamentos à distância das equipes dos Núcleos de Execução Orçamentária e Financeira (NOF) para a elaboração dos documentos PPA-2022-2025 e LOA 2022.

No contexto do fortalecimento da rede operativa, a consolidação do sistema de *Business Intelligence* (BI) para geração de informações com maior agilidade, confiabilidade e flexibilidade facilitou o monitoramento e a tomada de decisão, tanto no âmbito da rede





operativa do orçamento quanto entre os dirigentes. Foram ainda desenvolvidas novas funcionalidades dentro do próprio BI, o que tornou possível disponibilizar essa ferramenta para consulta, facilitando a análise do desempenho da execução e a padronização dos documentos.

## TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Com o objetivo de reforçar o compromisso da administração com a transparência, a Casa Civil também esteve envolvida numa série de iniciativas para prestação de informações à sociedade. Além da disponibilização de todas as peças orçamentárias no *site* da Casa Civil ([www.casacivil.salvador.ba.gov.br](http://www.casacivil.salvador.ba.gov.br)), também foram prestados esclarecimentos das dúvidas referentes ao orçamento junto à sociedade civil, através da Lei de Acesso à Informação, de veículos de comunicação, e do Legislativo Municipal.

Também foram elaboradas apresentações das peças orçamentárias nas audiências públicas promovidas pelo Poder Legislativo. Tais audiências são oportunidades para explicar o processo de concepção das propostas, os cenários para projeção das receitas e despesas, as diretrizes, objetivos, prioridades e metas da administração pública municipal, além de publicizar as peças orçamentárias. A participação popular na construção dessas propostas, através do Programa Ouvindo Nosso Bairro, executado pela Secretaria de Articulação das Prefeituras Bairros, ampliou essa participação popular e permitiu mapear demandas da sociedade para subsidiarem o PPA 2022-2025 e a LOA 2022.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2024

Desde janeiro de 2021, a Casa Civil concentrou esforços na elaboração do Plano Estratégico da Gestão 2021-2024, peça fundamental da administração municipal. O processo desenvolvido durante nove meses envolveu mais de 120 pessoas e todos os órgãos e entidades da prefeitura, em articulação permanente através de reuniões semanais de Grupos de Trabalho.

Os estudos foram organizados em sete Eixos Estratégicos – Capital da Inovação e Desenvolvimento Inclusivo, Capital da Mobilidade, Capital da Modernidade e Sustentabilidade, Capital da Igualdade Social, Capital do Conhecimento, Capital da Qualidade de Vida e Capital da Eficiência. Serviram de base para o diagnóstico o Programa de Governo do Executivo Municipal, o Plano Salvador 500, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e os planos setoriais elaborados nos últimos anos, a exemplo do PlanMob, Estratégia de Resiliência de Salvador, Plano de Ação Climática, Plano de Cultura e Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente.

## Sistema de Monitoramento

Para o controle, acompanhamento e monitoramento da implementação do Plano Estratégico, foi dado início à concepção do Sistema de Gestão do Plano Estratégico (SGPE), sob a responsabilidade da Semit/Cogel.

A nova ferramenta permitirá a alimentação e atualização dos dados e informações do Plano Estratégico de forma mais ágil e eficiente, o que possibilitará, além da identificação tempestiva e precisa de possíveis problemas e entraves na execução dos projetos estratégicos e o encaminhamento das soluções requeridas, a gestão mais eficaz na concretização do plano e no cumprimento das metas estratégicas.

Para facilitar o acesso dos cidadãos às informações sobre o Planejamento Estratégico, foi desenvolvido um *site* que permite acompanhar as entregas realizadas pela prefeitura, além de possibilitar a publicação das revisões do plano estratégico, quando houver.

## GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE E QUALIDADE (GIPQ)

A Casa Civil presta apoio técnico à Comissão de Análise de Resultados (CAR), responsável pela aprovação de metas e avaliação de

resultados para efeito de concessão da Gratificação de Incentivo à Produtividade e Qualidade (GIPQ). Foram realizadas análises dos Quadros de Metas para 2021 da Transalvador, Semob, Sucop, Seman, Sedur e também as alterações solicitadas no decorrer do ano de forma alinhada às propostas por estas unidades ao Plano Estratégico municipal. Ao final de cada semestre foram avaliados os resultados obtidos por estes órgãos e entidades, no intuito de apoiar as deliberações da CAR.

### PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE SALVADOR (PROQUALI)

O programa visa promover o desenvolvimento cultural e turístico de Salvador e a melhoria da qualidade de vida da população, através de ações de desenvolvimento econômico e socioambiental, de conectividade informática e de infraestrutura urbana. Vale destacar que, em agosto de 2020, o contrato assinado em 2018 foi aditivado com mais uma ação, após aprovações da CAF e da União, sem alteração do valor do original contratado, alocando recursos de US\$5 milhões para o fortalecimento da capacidade de resposta do sistema de saúde do município de Salvador para atendimento à emergência sanitária decorrente da pandemia da Covid-19.

O contrato, que inicialmente contava com cinco componentes, incorporou o componente Saúde - Combate à Pandemia Covid-19. O Proquali tem a participação do município, com contrapartida da ordem de 20% e empréstimo de 80%, totalizando um volume de recursos de US\$ 75,8 milhões. Em 2021, os investimentos atingiram R\$ 7,2 milhões, que corresponderam a R\$ 5,5 milhões da fonte do financiamento (77%) e R\$ 1,7 milhão de contrapartida do município (23%).

No componente de Saneamento Básico, o programa financiou, em 2021, a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado, cujo contrato foi assinado pela Seinfra, em março de 2020, com o CSB Consórcio Ltda, constituído por Concremat Engenharia e Tecnologia S.A, Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria Ltda. e BrenCorp - Consultoria em Meio Ambiente Ltda, no valor de R\$ 4,8 milhões.

O componente de Requalificação Urbana, com ações voltadas às melhorias no espaço urbano e à recuperação do patrimônio arquitetônico, é composto pelos projetos Cidade da Música de Salvador, Caminho da Fé e Parque Jardim Botânico.

Em 2021, foi entregue a Cidade da Música de Salvador e sua museografia, num investimento de R\$ 12 milhões. O projeto teve início em outubro de 2019, com as obras de restauro do Casarão dos Azulejos, financiados pelo CAF. Já a museografia foi desenvolvida totalmente com recursos próprios do município.

O Caminho da Fé, obra que envolveu a requalificação da Avenida Dendezeiros e Henrique Dias, contratada pela Sucop, no valor de R\$ 20 milhões, foi realizada com recursos de contrapartida e concluída em outubro de 2021. Essa intervenção dotou a região de nova pavimentação, mobiliário urbano, paisagismo e macrodrenagem, interligando o Largo de Roma, onde se situa o Santuário Santa Dulce dos Pobres, com a Basílica de Nosso Senhor do Bonfim.

O Parque Jardim Botânico de Salvador (Mata dos Oitis), teve a primeira fase das obras civis de requalificação - contratada pela Sucop no valor de R\$ 9,74 milhões -, entregue em dezembro de 2020. Em 2021, foram realizados pregões pela Secis para a aquisição de equipamentos e mobiliário, com um desembolso de R\$ 1,4 milhão.

O componente Gestão Digital de Informações Municipais previu, como ação inicial, a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia Cidade Inteligente, no valor de R\$ 4,5 milhões. O valor inclui, além do plano, o Projeto Executivo de Infovias.

No componente Gestão do Programa, já foi contratada pela Casa Civil a nova empresa de auditoria independente, conforme normas estabelecidas pela CAF, visando a entrega dos Relatórios de Auditoria para os exercícios de 2021, 2022 e 2023. A empresa de Supervisão do Programa teve seu contrato licitado pela Casa Civil e assinado em 2020 no valor de R\$ 2,9 milhões, com prazo de execução para 42 meses.

Em 2021, foram realizadas a III e a IV missões de seguimento da CAF, de forma virtual, para atender aos objetivos de verificação do

andamento, da qualidade das ações em curso, do cumprimento das condições contratuais, além da análise do avanço e atualização do planejamento e cronograma do programa. No ano, houve ainda a reunião de revisão de carteira que decidiu pela prorrogação de prazo de execução do contrato para até junho de 2024.

## PROJETO SALVADOR SOCIAL

O Projeto Salvador Social tem como objetivo geral melhorar a prestação de serviços sociais no município de Salvador, com ênfase na eficiência do sistema de saúde, na qualidade da educação e na efetividade da proteção social. No ano, ocorreram duas missões para o acompanhamento do projeto.

### Melhoria na Eficiência do Sistema de Saúde

A SMS centrou seu planejamento para assegurar a oferta e prestação de serviços de qualidade de Média e Alta complexidade ambulatorial e hospitalar. No tocante ao enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus, foram mantidas as ações protetivas e de restrição, ampliada a rede assistencial e os pontos de vacinação, adquiridos novos equipamentos médico-hospitalares e novos testes, contratados novos profissionais de saúde, além de implantação de Pontos de Atenção à Urgência com leitos de observação.

A Estratégia de Saúde da Família, considerada prioritária na estruturação da Atenção Primária à Saúde (APS) através da requalificação e expansão da rede assistencial do município, foi ampliada. No entanto, devido ao agravamento do cenário epidemiológico da Covid-19, de janeiro a junho de 2021, as ações desenvolvidas se concentraram na organização e execução do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19 no município.

### Melhoria na Qualidade da Educação

Em 2021, a Smed implementou o Plano de Retomada das Atividades Escolares, que definiu as regras gerais para o funcionamento das unidades da rede com o objetivo de readequar o funciona-



mento do ensino e manter o distanciamento social nas unidades municipais. Devido ao fechamento das escolas, em abril de 2020, em decorrência da pandemia, o monitoramento dos níveis de alfabetização foi interrompido.

### Melhoria na Efetividade da Proteção Social

As medidas adotadas para enfrentamento e prevenção à pandemia da Covid-19 pela Prefeitura, como a suspensão do funcionamento de serviços e atividades comerciais, refletiram diretamente nas pessoas em situação de vulnerabilidade social, público alvo da assistência social. Para atender à população em situação de rua, a Sempre implantou a Operação Toque de Acolher. Os assistidos tiveram acesso a estadia, três refeições por dia e equipe técnica composta por assistente social e psicólogo para dar o suporte necessário.

Com a retomada das atividades presenciais, em 2021, houve grande demanda da população em situação de vulnerabilidade pelo serviço do Cadastro Único, o que levou a Sempre a descentralizar os atendimentos e a ampliar o acesso desse público. As ações do CadÚnico itinerante, que oferece serviços de inclusão e de atualização cadastral dos benefícios sociais municipal, estadual e federal, como o Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Tarifa Social de Água, Carteira do Idoso e isenção de taxas para concursos públicos e telefone social, foram ampliadas

### SALVADOR SOCIAL FASE 2

O acordo de empréstimo para a fase 2 do Salvador Social no valor de US\$ 125 milhões, foi assinado em outubro de 2021.

### CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Casa Civil tem ainda o papel de formular diretrizes, coordenar, avaliar e acompanhar as atividades de captação, provendo os recursos necessários às ações da administração municipal mediante negociações junto às entidades de crédito, nacionais e internacionais e, também, junto ao Governo Federal para a celebração de contratos de repasse e convênios.

Essas captações alavancam financeiramente os investimentos, complementam as receitas próprias, e ainda assistem tecnicamente o município, com transferência de conhecimentos e me-

lhores práticas adotadas em outros países em gestão pública municipal, soluções tecnológicas, desenvolvimento urbano, dentre outras áreas.

Ao longo desses nove anos de esforços, foram captados até 2021 o total de R\$ 3,1 bilhões provenientes de cinco operações de crédito externas e seis internas, e 65 contratos de repasse junto ao Governo Federal, somando R\$ 443,5 milhões e 38 convênios e repasses ao Fundo Municipal de Saúde oriundos de emendas parlamentares no valor de R\$ 186 milhões.

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Além do trabalho de acompanhamento e apoio à execução das ações pertinentes às Operações de Crédito que compõem uma carteira de R\$ 3,1 bilhões de reais acrescida de R\$ 588 milhões em contrapartida, foi viabilizada, em 2021, a contratação da segunda fase do Projeto Salvador Social, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de R\$ 698 milhões a serem investidos nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social.

**BNDES/PMAT** Modernização da gestão fiscal através da racionalização de processos, desenvolvimento de sistemas, capacitação de pessoal, implantação do Cadastro Multifinalitário, incluindo serviços de cartografia digital, criação de base de endereçamento fiscal e aplicação geográfica *web* customizada para o cadastro multifinalitário, modernização do processo de licenciamento e fiscalização de publicidade e empreendimentos, o desenvolvimento de sistema de gestão de pessoas, além de plataformas de relacionamento com o cidadão.

**CAIXA/ PRÓ-TRANSPORTE/CPAC** Projetos de mobilidade urbana, como o BRT, implantação de vias expressas, estações de transbordo, viadutos, ciclovias, passarelas, nova iluminação pública e novo paisagismo nas principais artérias viárias.

**BID/PRODETUR** Requalificação de pontos turísticos como os Fortes Santa Maria e São Diogo, Mercado de São Miguel, orla



Atlântica, incluindo Stella Maris/ Ipitanga, Itapuã/ Barra/Ondina, Avenida Sete de Setembro/Praça Castro Alves, desenvolvimento de novos produtos turísticos Étnico Afro-Brasileiro, ações na área ambiental além de segurança e sinalização turística, implantação de Museu Casa da História do Salvador e Arquivo Público Municipal.

**CAIXA/FINISA** Construção do Hospital Municipal de Salvador, Unidades de Saúde e requalificação de espaços públicos do Centro Histórico (Terreiro de Jesus, Rua Miguel Calmon e Praça Marechal Deodoro). Essa operação foi encerrada no mês de agosto de 2020.

**BID/MANÉ DENDÊ** Requalificação da infraestrutura urbana no Subúrbio Ferroviário, incluindo macro e microdrenagem, contenção de encostas, vias modernas com dutos subterrâneos e de redes elétricas e telefônicas, iluminação pública, ciclovias, paisagismo e equipamentos urbanos; projeto habitacional; ações culturais; ações ambientais a exemplo de caixas coletoras subterrâneas/semi-subterrâneas para resíduo sólido, ecopontos e pontos verdes, galpão de triagem, plano de manejo ambiental, programa de capacitação e assistência técnica às cooperativas, além de plano de Comunicação e Educação Ambiental.

**BIRD/SALVADOR SOCIAL** Ampliação da prestação de serviços na área social, através de melhorias no sistema de saúde, construção e implantação de novas Unidades de Saúde da Família e Saúde Especializada, na qualidade da educação com construção de Centros Municipais de Educação Infantil e Desenvolvimento de Políticas de Educação Integral; na efetividade da proteção social com o Programa de Primeiro Passo representando ações de Assistência Social para a Primeira Infância e reforma de equipamentos socioassistenciais (CRAS).

**CAF/PROQUAQLI** Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia, dotando a cidade de rede de fibra, plataforma de governança integrada, possibilitando uma conectividade de alta qualidade com as unidades de saúde, educação dentre outros, viabilizando a implantação de diversos programas e serviços a exemplo de videomonitoramento; elaboração do Plano Mu-

nicipal de Saneamento e requalificação de espaços e equipamentos urbanos.

**CAIXA/PNAFM III** Desenvolvimento do sistema de administração tributária, atualização cadastral, gestão tributária e da dívida, soluções de inteligência fiscal, além do Sistema Público de Escrituração Digital Valor de Base.

**CAIXA/FINISA 2** Implantação de ações de infraestrutura viária, como a construção da ponte sobre o rio Camarajipe, da trincheira na Avenida Magalhães Neto e duas vias - Obra de Infraestrutura na Rua Local 2 - Pau da Lima e Requalificação Viária do Acesso a Estação Bom Juá. Na área de saneamento, contempla as obras de macrodrenagem do rio Paraguari e a regularização do seu reservatório.

## CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE COM A UNIÃO

Ao longo do exercício foram feitas articulações entre órgãos municipais, parlamentares, ministérios e a Caixa Econômica com objetivo de captar recursos federais e promover os encaminhamentos necessários à contratação e execução dos objetos pactuados. Nesse entremeio, a Casa Civil atua desde a prospecção de fontes de financiamento até a prestação de contas final dos convênios e contratos de repasse. Atualmente encontram-se em execução, pelas unidades municipais, 46 convênios e contratos de repasse.

Em 2021, foram assinados nove contratos de repasse e convênios com a União que somados aos repasses ao Fundo Municipal de Saúde, oriundos de emendas parlamentares totalizando cerca de R\$ 102,5 milhões, com a participação de R\$ 630 mil reais referentes à contrapartida do município. Os recursos foram captados para projetos na área ambiental, requalificação de vias, infraestrutura esportiva, qualificação profissional para desenvolvimento de games, assistência social e na saúde para atenção básica, especializada, média e alta complexidade, além de ações para o enfrentamento a pandemia de Covid-19.

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS E A CONTRATAR 2015 A 2021

Valor R\$1.000,00<sup>1</sup>

AGENTE FINANCEIRO	ANO DA ASSINATURA	VALOR		
		FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
<b>OPERAÇÕES CONTRATADAS</b>		<b>3.073.842</b>	<b>587.654</b>	<b>3.661.496</b>
BNDES/PMAT (1ª TRANCHE)	2015	50.880	18.282	69.162
CAIXA/BRT/PRÓ-TRANSPORTE/FGTS	2016	300.000	—	300.000
CAIXA/BRT/CEPAC/CONTRAPARTIDA	2016	108.000	—	108.000
BID/ PRODETUR	2017	293.045	104.115	397.160
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/FINISA 1	2018	72.272	—	72.272
BID /PROJETO MANÉ DENDÊ	2018	376.684	376.684	753.368
BIRD – PROJETO SALVADOR SOCIAL (1ª FASE)	2018	697.563	—	697.563
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO-CAF/ PROQUALI	2018	338.736	84.684	423.420
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-BID / PNAFM III	2019	35.000	3.889	38.889
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/FINISA 2	2019	104.100	—	104.100
BIRD – PROJETO SALVADOR SOCIAL (2ª FASE)	2021	697.563	697.563	
<b>OPERAÇÕES A CONTRATAR</b>		<b>851.682</b>	<b>144.924</b>	<b>996.606</b>
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO-CAF		697.563	139.513	837.075
BNDES/PMAT (2ª TRANCHE)		54.120	5.412	59.531
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/FINISA 3		100.000	—	100.000
<b>Total</b>		<b>3.925.524</b>	<b>732.578</b>	<b>4.658.103</b>

Nota<sup>1</sup>: Considerado o valor do dólar americano de R\$ 5,5805 – ptax 50, venda – em 31.12.2021 – Banco Central

## AGÊNCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR (ARSAL)

A Arsal é responsável por regular, controlar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo urbano, saneamento básico, com foco em manejo de resíduos sólidos, mobiliário urbano e concessão de áreas públicas para instalação e exploração de engenhos publicitários, como outdoor.

### SISTEMA DE TRANSPORTES COLETIVO URBANO (STCO)

Com a pandemia do Covid-19, o sistema de transportes sofreu impactos que tornaram necessária uma intervenção municipal, em 2020, e, posteriormente, a declaração de caducidade do Contrato de Concessão nº 007/2014, em março de 2021.

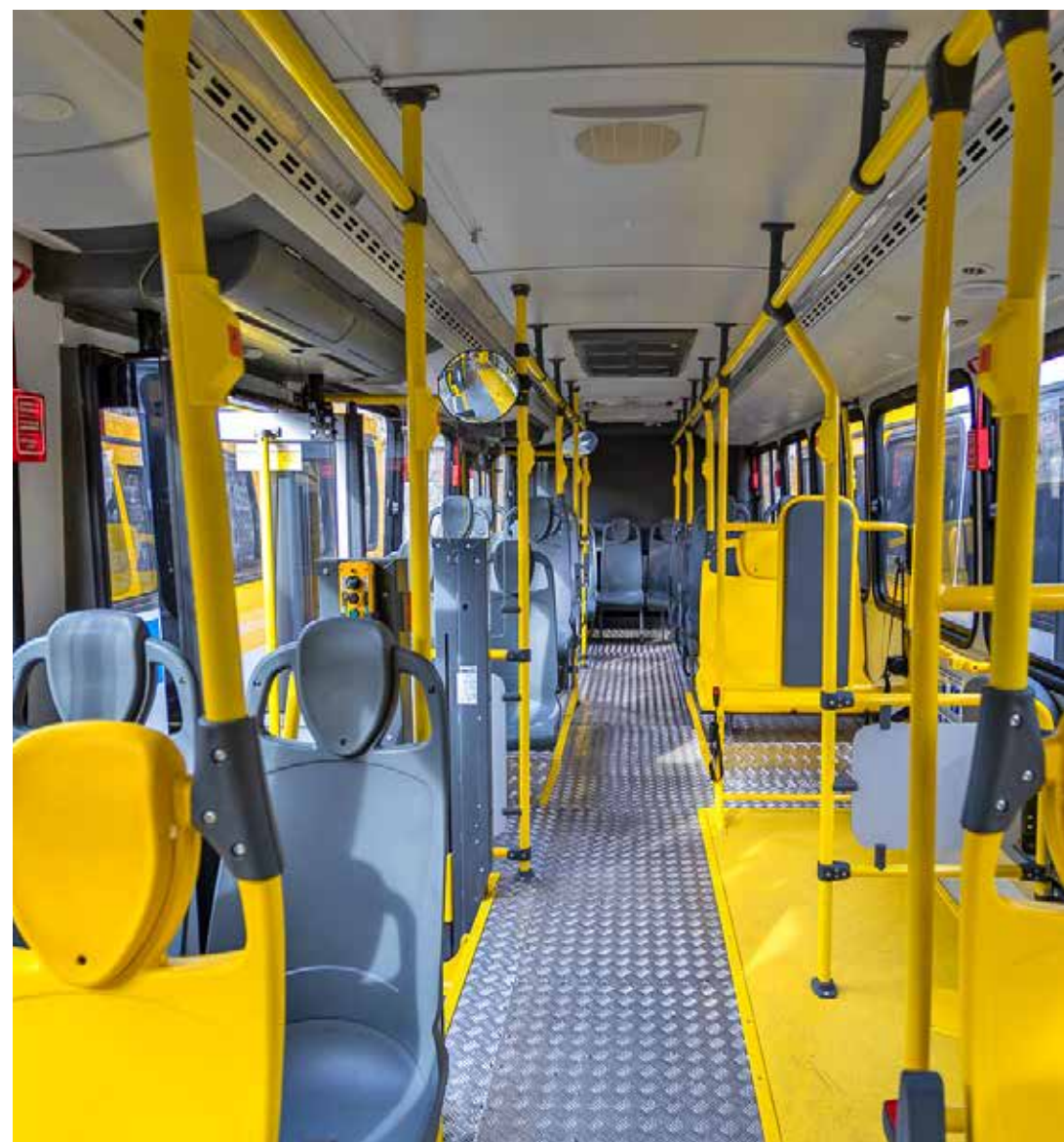
A partir dessa medida, foram desenvolvidos estudos sobre possíveis transferências de linhas da Bacia “C”, até a realização de licitação definitiva, e a operação de trechos do BRT, identificando os ajustes a serem implementados nas Bacias “A” e “B” da Integra. Nesses novos estudos foram incluídos os eventos ocorridos em 2020 e 2021 que impactaram na planilha de custos e despesas da tarifa, na necessidade do fortalecimento e na recuperação financeira e patrimonial das concessionárias do STCO para adequada prestação de serviços aos usuários.

A Arsal também concluiu a análise do contrato nº 001/2020, firmado com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e, no primeiro semestre de 2021, concedeu o reajuste da tarifa do STCO para o valor de R\$ 4,40.

### FLUXO DE PASSAGEIROS

O fluxo de passageiros transportados, a arrecadação e a receita do STCO e de cada concessionária, através do banco de dados da Transcard, são acompanhadas pela Arsal que também monitora o plano de contas das concessionárias, os contratos de locação de frota e de garagem.

Junto à Integra, a agência acompanhou, durante o ano, a implementação e a manutenção dos sistemas de bilhetagem eletrônica e de monitoramento da frota do STCO, conforme acordo operacional que compreende a concessão e disciplina as obrigações comuns às concessionárias.





## PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

A Arsal integra a Comissão Executiva do Plano Municipal de Saneamento Básico (Cexec) que discute, analisa e aprova os produtos entregues pelo Consórcio de Saneamento Básico (CSB), formado pelas empresas Concremat Engenharia e Tecnologia S/A, Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria Ltda e Brencorp - Consultoria em Meio Ambiente Ltda.

## LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Arsal analisa estudos em parceria com a Limpurb, gestora do contrato de concessão do Aterro Metropolitano Centro e da Estação de Transbordo, para desenvolver um sistema de fiscalização e acompanhamento dos processos existentes, aliado a uma Cesta de Indicadores de Desempenho e Gestão.

## OUVIDORIA

Em 2021 a Ouvidoria da Arsal acompanhou os relatórios de reclamações dos usuários, enviados semanalmente pelo SAU/INTEGRA e analisou os relatórios semestrais da pesquisa de Satisfação do Usuário de Transporte Coletivo por Ônibus em Salvador realizada pela empresa P&A - Pesquisa e Análise.

A Ouvidoria da ARSAL participou das audiências públicas virtuais do Programa Ouvindo Nosso Bairro, promovidas pela Secretaria de Articulação Comunitária e Prefeituras-Bairros, que tiveram como objetivo identificar as prioridades de ações e serviços para auxiliar a elaboração das leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual e para possibilitar a participação da sociedade civil na gestão municipal.





## SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (SEFAZ)

A Sefaz é responsável pela programação e pela administração financeira, patrimonial e das dívidas e haveres do município. Responde ainda pela fiscalização, arrecadação tributária, controle interno da administração municipal e pelo julgamento de processos fiscais e financeiros.

### EQUILÍBRIO DE CONTAS

Com o objetivo de garantir o equilíbrio das contas públicas de Salvador, as ações da Sefaz, nessa área, são desenvolvidas para tornar o município compatível com o seu potencial de arrecadação e de captação de recursos. A partir do controle da dívida, da qualidade do gasto público e da total transparência na sua aplicação, a prefeitura dispõe dos meios necessários para ampliação e qualificação dos serviços públicos, especialmente em áreas fundamentais, como a Saúde, a Educação e a Proteção Social, o cumprimento das obrigações financeiras do município e a antecipação dos investimentos em infraestrutura urbana demandados pela população.

### Contingenciamento Orçamentário

A prática já testada e aprovada nos últimos anos na abertura do exercício, que adota o Contingenciamento Orçamentário por unidade, por fonte de recursos e por grupo de despesa, foi mantida em 2021. Nesse contexto, a execução orçamentária do exercício de 2021 foi iniciada com R\$ 2,004 bilhões, montante equivalente a 24,95% do orçamento total, contingenciados.

Ao longo do exercício, a projeção de receita foi acompanhada e, a cada sinalização de melhoria no cenário, foi expandida a execução das ações e serviços públicos através da liberação de mais cotas financeiras. Até o encerramento do corrente ano, o contingenciamento importou em R\$ 888,8, representando 11,07% do total da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A aplicação desta política de controle do orçamento gerou um resultado orçamentário positivo, no montante de R\$ 361 milhões

até outubro, quando confrontadas as receitas realizadas com a despesa liquidada, compondo uma reserva de recursos.

### RECEITA MUNICIPAL

#### Evolução da Receita Por Origem: Receitas Próprias e de Transferências

A Receita Total do Município somou R\$ 8,023 bilhões. Essa receita é composta por R\$ 4,010 bi de Receitas Próprias, R\$ 3,663 bi de Receitas de Transferências e R\$ 350 milhões de Receitas Intraorçamentárias.

A Receita Total cresceu nominalmente 4,2% sobre igual período de 2020 e 13,8% sobre 2019. Em valores reais medidos pela variação do IPCA/IBGE, o incremento da receita total em 2021 foi negativo em 5,9 % relativamente a 2020 e em 1,7% sobre 2019. Esses valores refletem um misto de descompasso entre a arrecadação e a inflação de 10,7%, nos últimos 12 meses até novembro de 2021, e o cenário recessivo na economia da cidade.

As Receitas Próprias de Salvador, aquelas arrecadadas diretamente pelo município, exibiram um crescimento nominal de 5,7% sobre 2020 e de 7,9% sobre 2019 e retrações, em valores reais, de 4,5% e 6,7%, respectivamente. A principal fonte das receitas próprias são as receitas tributárias, originadas diretamente da economia local e que, portanto, acusaram bem os efeitos da pandemia, especialmente em 2020, quando caíram 1,2% nominais e 5,5% reais sobre 2019. Elas somaram R\$ 2,890 bi em 2021, superando os R\$ 2,617 bi arrecadados em impostos e taxas em 2020. Relativamente a 2019, último exercício pleno antes da pandemia, as receitas tributárias de 2021 já lograram crescer 9% nominais, mas estão ainda a 5,8% da plena recuperação em valores reais.

Tabela 1 RECEITAS POR ORIGEM: PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS									
ITEM DE RECEITA	2019	2020	2021	INCREMENTO NOMINAL			INCREMENTO REAL - (IPCA)		
				2020/ 2019	2021/ 2019	2021/ 2020	2020/ 2019	2021/ 2019	2021/ 2020
<b>Receitas Próprias</b>	<b>3.714.970</b>	<b>3.793.463</b>	<b>4.010.342</b>	<b>2,1%</b>	<b>8,0%</b>	<b>5,7%</b>	<b>-2,3%</b>	<b>-6,7%</b>	<b>-4,5%</b>
Receita Tributária	2.650.325	2.617.423	2.889.944	-1,2%	9,0%	10,4%	-5,5%	-5,8%	-0,3%
Impostos	2.319.634	2.293.113	2.550.066	-1,1%	9,9%	11,2%	-5,4%	-5,0%	0,4%
ISS	1.153.114	1.082.367	1.233.177	-6,1%	6,9%	13,9%	-10,2%	-7,6%	2,9%
IPTU	733.871	746.996	824.481	1,8%	12,3%	10,4%	-2,6%	-2,9%	-0,3%
ITIV	180.764	211.645	245.904	17,1%	36,0%	16,2%	12,0%	17,5%	4,9%
IRRF	251.885	252.105	246.503	0,1%	-2,1%	-2,2%	-4,2%	-15,4%	-11,7%
Taxas	330.691	324.309	339.878	-1,9%	2,8%	4,8%	-6,2%	-11,2%	-5,4%
Receita de Contribuições	346.572	389.202	404.569	12,3%	16,7%	3,9%	7,4%	0,9%	-6,1%
Receita Patrimonial	142.941	77.993	123.096	-45,4%	-13,9%	57,8%	-47,8%	-25,6%	42,5%
Receita Industrial	52	13	72	-76,2%	36,6%	473,4%	-77,2%	18%	417,8%
Receitas de Serviços	23.919	12.857	35.919	-46,2%	50,2%	179,4%	-48,6%	29,7%	152,3%
Operações de Crédito	344.583	475.161	399.073	37,9%	15,8%	-16,0%	31,9%	0,1%	-24,2%
Alienação de Bens	53.491	6.000	1.998	-88,8%	-96,3%	-66,7%	-89,3%	-96,8%	-69,9%
Outras Receitas Próprias	153.087	214.816	155.671	40,3%	1,7%	-27,5%	34,3%	-12,1%	-34,6%
<b>Receitas de Transferências</b>	<b>3.005.206</b>	<b>3.550.616</b>	<b>3.662.738</b>	<b>18,1%</b>	<b>21,9%</b>	<b>3,2%</b>	<b>13,0%</b>	<b>5,3%</b>	<b>-6,8%</b>
Governamentais Obrigatórias	3.295.798	3.827.392	4.073.908	16,1%	23,6%	6,4%	11,1%	6,8%	-3,9%
Da União	1.836.302	2.391.838	2.312.349	30,3%	25,9%	-3,3%	24,6%	8,8%	-12,7%
Do Estado	1.034.169	988.186	1.180.755	-4,4%	14,2%	19,5%	-8,6%	-1,4%	7,9%
Multigovernamentais	425.327	447.369	580.803	5,2%	36,6%	29,8%	0,6%	18,0%	17,2%
Deduções de Transferências	-363.392	-348.060	-432.367	-4,2%	19,0%	24,2%	-8,4%	2,8%	12,2%
Governamentais Voluntárias	68.723	66.267	15.329	-3,6%	-77,7%	-76,9%	-7,7%	-80,7%	-79,1%
Da União	51.932	46.961	11.486	-9,6%	-77,9%	-75,5%	-13,5%	-80,9%	-77,9%
Do Estado	16.791	19.306	3.843	15,0%	-77,1%	-80,1%	10,0%	-80,2%	-82,0%
Privadas e do Exterior	4.077	3.750	4.951	-8,0%	21,4%	32,0%	-12,0%	4,9%	19,2%

Tabela 1 RECEITAS POR ORIGEM: PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS									
ITEM DE RECEITA	2019	2020	2021	INCREMENTO NOMINAL			INCREMENTO REAL - (IPCA)		
				2020/ 2019	2021/ 2019	2021/ 2020	2020/ 2019	2021/ 2019	2021/ 2020
Outras Transferências	-	1.266	916	-	-	-27,6%	-	-	-34,6%
<b>Total (sem Intraorçamentária)</b>	<b>6.720.176</b>	<b>7.344.079</b>	<b>7.673.080</b>	<b>9,3%</b>	<b>14,2%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,6%</b>	<b>-1,3%</b>	<b>-5,7%</b>
Receita Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	7,4%	5,9%	-1,5%	<b>2,8%</b>	<b>-8,5%</b>	<b>-11,0%</b>
<b>Total (com Intraorçamentária)</b>	<b>7.050.576</b>	<b>7.699.003</b>	<b>8.022.825</b>	<b>9,2%</b>	<b>13,8%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,5%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>-5,9%</b>

Fonte: SEFAZ.

As Receitas de Transferências, aquelas arrecadadas pelas outras duas instâncias federativas de governo (a União e o Estado da Bahia) e repassadas ao município, registraram crescimento nominal (+3,2%) em sua evolução sobre igual período de 2020 e de 21,9% sobre 2019, enquanto marcaram queda real de 6,8% sobre 2020 e crescimento de 5,3% sobre 2019. Estas diferenças refletem a concentração quase exclusiva, em 2020, dos repasses federais dirigidos ao combate à pandemia.

Apesar das dificuldades inerentes a este período de pandemia e de recessão econômica, ainda assim, Salvador conseguiu manter suas receitas próprias de 2021 em patamar de valor superior ao das Receitas de Transferências, na razão de 54% a 46%. Esta realidade tem ocorrido, ano a ano, desde 2013, período em que se estabeleceu uma média anual de 55% a 45% na relação das Receitas Próprias, incluídas as Intraorçamentárias, sobre as receitas totais, o que garantiu a autonomia financeira a Salvador, livrando as finanças municipais da dependência majoritária dos repasses federais e estaduais.

Tabela 2 COMPOSIÇÃO DA RECEITA - PRÓPRIA VERSUS TRANSFERÊNCIAS						
TIPO DE RECEITA	VALOR			PERCENTUAL		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Receitas Próprias	4.045	4.148	4.360	57%	54%	54%
Receitas de Transferências	3.005	3.551	3.663	43%	46%	46%
Receita Total (incluídas as receitas intraorçamentárias)	7.051	7.699	8.023	100%	100%	100%

Valores Nominais (em R\$ milhões)  
Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

### Evolução das Receitas Orçamentárias: Corrente e de Capital

As Receitas Correntes somaram R\$ 7,237 bilhões, constituindo 90,2% da Receita Total, enquanto as Receitas de Capital, chegaram a R\$ 436 milhões, formando 5,4% da Receita Total, e as Re-

ceitas Intraorçamentárias, a R\$ 350 milhões, compondo os restantes 4,4% da Receita Total.

As Receitas Correntes cresceram 7,8% sobre igual período de 2020 e 15,5% sobre 2019 em valores nominais. As Receitas de Capital, em 2021, caíram 31,2% nominais (-37,8% reais) sobre os montantes de 2020.

COMPONENTE DA RECEITA	2019	2020	2021	INCREMENTO NOMINAL			INCREMENTO REAL - (IPCA)		
				2020/2019	2021/2019	2021/2020	2020/2019	2020/2019	2021/2019
				<b>Receitas Correntes</b>	<b>6.265.298</b>	<b>6.711.008</b>	<b>7.237.336</b>	<b>7,1%</b>	<b>15,5%</b>
Receita Tributária	2.650.325	2.617.423	2.889.944	-1,2%	9,0%	10,4%	-5,5%	-5,8%	-0,3%
Impostos	2.319.634	2.293.113	2.550.066	-1,1%	9,9%	11,2%	-5,4%	-5,0%	0,4%
ISS	1.153.114	1.082.367	1.233.177	-6,1%	6,9%	13,9%	-10,2%	-7,6%	2,9%
IPTU	733.871	746.996	824.481	1,8%	12,3%	10,4%	-2,6%	-2,9%	-0,3%
ITIV	180.764	211.645	245.904	17,1%	36,0%	16,2%	12,0%	17,5%	4,9%
IRRF	251.885	252.105	246.503	0,1%	-2,1%	-2,2%	-4,2%	-15,4%	-11,7%
Taxas	330.691	324.309	339.878	-1,9%	2,8%	4,8%	-6,2%	-11,2%	-5,4%
Receita de Contribuições	346.572	389.202	404.569	12,3%	16,7%	3,9%	7,4%	0,9%	-6,1%
Receita Patrimonial	142.941	77.993	123.096	-45,4%	-13,9%	57,8%	-47,8%	-25,6%	42,5%
Receita de Serviços	23.919	12.857	35.919	-46,2%	50,2%	179,4%	-48,6%	29,7%	152,3%
Receita Industrial	52	13	72	-76,2%	36,6%	473,4%	-77,2%	18,0%	417,8%
Transferências Correntes	2.948.402	3.498.108	3.649.514	18,6%	23,8%	4,3%	13,5%	6,9%	-5,8%
Da União	1.831.431	2.386.292	2.310.612	30,3%	26,2%	-3,2%	24,7%	9,0%	-12,6%
Cota-parte do FPM	852.698	821.621	1.094.417	-3,6%	28,3%	33,2%	-7,8%	10,9%	20,3%
Recursos do SUS	727.028	994.431	943.912	36,8%	29,8%	-5,1%	30,9%	12,2%	-14,3%
Convênios	251	-	702	-100%	180%	-	-100%	142%	-
Outras	251.454	570.240	271.580	126,8%	8,0%	-52,4%	117,0%	-6,7%	-57,0%
Dos Estados	1.050.960	1.007.492	1.184.598	-4,1%	12,7%	17,6%	-8,3%	-2,6%	6,2%
Cota-parte do ICMS	792.574	737.145	897.361	-7,0%	13,2%	21,7%	-11,0%	-2,2%	9,9%
Cota-parte do IPVA	231.823	242.242	245.040	4,5%	5,7%	1,2%	0,0%	-8,7%	-8,7%
Convênios	16.791	15.943	3.843	-5,1%	-77,1%	-75,9%	-9,2%	-80,2%	-78,2%



Tabela 3 RECEITAS POR NATUREZA ECONÔMICA: CORRENTES E DE CAPITAL									
COMPONENTE DA RECEITA	2019	2020	2021	INCREMENTO NOMINAL			INCREMENTO REAL - (IPCA)		
				2020/2019	2021/2019	2021/2020	2020/2019	2020/2019	2021/2019
Outras	9.772	12.161	38.355	24,4%	292,5%	215,4%	19,1%	239,1%	184,8%
Multigovernamentais	425.327	447.369	580.803	5,2%	36,6%	29,8%	0,6%	18,0%	17,2%
Outras Transferências	4.077	5.016	5.867	23,0%	43,9%	17,0%	17,7%	24,3%	5,6%
Outras Receitas Correntes	153.087	115.413	134.222	-24,6%	-12,3%	16,3%	-27,9%	-24,2%	5,0%
Indenizações e Restituições	29.414	13.781	29.136	-53,1%	-0,9%	111,4%	-55,2%	-14,4%	90,9%
Dívida Ativa	8.741	9.556	5.018	9,3%	-42,6%	-47,5%	4,6%	-50,4%	-52,6%
Multas e Juros	1.112	221	365	-80,2%	-67,2%	65,4%	-81,0%	-71,6%	49,4%
Receitas Diversas	113.820	91.856	99.703	-19,3%	-12,4%	8,5%	-22,8%	-24,3%	-2,0%
Deduções da Receita Corrente	-363.392	-348.060	-432.367	-4,2%	19,0%	24,2%	-8,4%	2,8%	12,2%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>454.878</b>	<b>633.071</b>	<b>435.744</b>	<b>39,2%</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-31,2%</b>	<b>33,2%</b>	<b>-17,2%</b>	<b>-37,8%</b>
Transferências de Capital	56.804	52.508	13.223	-7,6%	-76,7%	-74,8%	-11,6%	-79,9%	-77,3%
Operações de Crédito	344.583	475.161	399.073	37,9%	15,8%	-16,0%	31,9%	0,1%	-24,2%
Alienação de Bens	53.491	6.000	1.998	-88,8%	-96,3%	-66,7%	-89,3%	-96,8%	-69,9%
Outras Receitas de Capital	-	99.403	21.449	-	-	-78,4%	-	-	-80,5%
<b>Total (sem Intraorçamentária)</b>	<b>6.720.176</b>	<b>7.344.079</b>	<b>7.673.080</b>	<b>9,3%</b>	<b>14,2%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,6%</b>	<b>-1,3%</b>	<b>-5,7%</b>
Receita Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	7,4%	5,9%	-1,5%	2,8%	-8,5%	-11,0%
<b>Total (com Intraorçamentária)</b>	<b>7.050.576</b>	<b>7.699.003</b>	<b>8.022.825</b>	<b>9,2%</b>	<b>13,8%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,5%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>-5,9%</b>

FONTE: SEFAZ

As Transferências Correntes somaram R\$ 3,650 bi em 2021, crescendo 4,3% nominais sobre 2020. As principais receitas de Transferências Correntes, quais sejam as cotas-partes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da União, e do ICMS, do Esta-

do da Bahia, cresceram 33,2% e 21,7% nominais (20,3% e 9,9% em termos reais), respectivamente, sobre 2020.

Apesar disto, o total das transferências obrigatórias da União ao município caiu 3,3% nominais (12,7% reais) sobre

2020, por força da queda nos repasses dos recursos do SUS e de outros recursos para combate à pandemia da Covid-19, como demonstra o quadro a seguir, que registra uma queda de 79,5% nos montantes das transferências efetuadas pela

União para Salvador, para utilização no combate aos efeitos da pandemia em 2020 até outubro e em 2021 até o mesmo período, os quais somaram R\$ 557 milhões e R\$ 114 milhões, respectivamente.

<b>Tabela 4</b>		<b>RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA COMBATE AOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19</b>	
<b>ORIGEM RECEITAS</b>	<b>DETALHAMENTO FONTE</b>	<b>2020*</b>	<b>2021*</b>
Aplicações Financeiras	Transferências SUS Federal	578	1.752
	Transferências SUS Estadual	0	669
	Outras Fontes Tesouro - Doações Eqp EPI	12	71
	Lei Aldir Blanc - Apoio à Cultura	69	66
	Fonte dos Fundos - Doação COVID	1	59
	Transferência do FNAS - SUAS - COVID 19	100	371
<b>Subtotal Aplicações Financeiras</b>		<b>761</b>	<b>2.989</b>
Transferências da União	Transferências SUS Federal	201.117	99.319
	Lei Aldir Blanc - Apoio à Cultura	18.722	0
	Apoio Financeiro ao Município - Recomposição FPM (MP 938/2020)	57.039	0
	Apoio Financeiro ao Município - LC 173/2020	218.273	0
	Apoio Financeiro ao Município - Para Combate ao COVID 19- LC 173/2020	41.575	0
	Transferência do FNAS - SUAS - COVID 19	16.592	0
<b>Subtotal Transferências da União</b>		<b>553.317</b>	<b>99.319</b>
Demais Transferências	Outras Fontes Tesouro - Doações COVID	2.375	0
	Transferências SUS Estadual	0	10.513
	Fonte dos Fundos - Doação COVID	247	1.831
	Doações do MPT	0	0
	Outras Fontes Tesouro - Doações Eqp EPI	572	0
<b>Subtotal Demais Transferências</b>		<b>3.194</b>	<b>12.343</b>
Outras Receitas Correntes	Lei Aldir Blanc - Apoio a Cultura	0	50
	Transferências SUS Federal	2	0
<b>Subtotal Outras Receitas Correntes</b>		<b>2</b>	<b>50</b>
<b>TOTAL RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA PANDEMIA DA COVID-19</b>		<b>557.274</b>	<b>114.701</b>

(\*) Até outubro. Valores Nominais em R\$ 1.000

### Comparativo das Receitas com as Demais Capitais

Salvador foi a 1ª capital da região Nordeste em 2020 nos montantes arrecadados de Receita Própria, Receita Tributária, receitas de ISS e IPTU e Receita de Capital e foi a 2ª, atrás de Fortaleza, em Receita Total, Receita Corrente e Transferências Correntes. Essas posições são, no geral, as mesmas já ocupadas em 2012, com exceção das Receitas Próprias em que Salvador subiu da 2ª em 2012 para a 1ª em 2020, e das Receitas de Capital em que o salto foi da 7ª para a 1ª posição.

No cenário nacional, a capital baiana manteve, em 2020, a 7ª posição que ocupava em 2012 no tamanho das Receitas Correntes e das Transferências Correntes e a 5ª em Receita Tributária e arrecadação de IPTU. Ao mesmo tempo, subiu da 7ª para a 6ª colocação em Receita Total e em Receita Própria e saltou da 21ª para a 3ª colocação em Receita de Capital.

No Nordeste, Salvador manteve em 2020 a 9ª posição que ocupava em 2012 em Receita Total, Receita Corrente e Transferências Correntes per capita e a 3ª colocação também ocupada em 2012 em Receita Tributária e receitas de IPTU per capita, subiu da 5ª para a 3ª posição em Receita Própria per capita e saltou do 8º para o 2º posto regional em Receita de Capital per capita.

No plano nacional, Salvador subiu 17 posições, da 25ª em 2012, para a 8ª, em 2020 – em Receita de Capital per capita. Galgou três posições – da 25ª para a 22ª em Receita Corrente per capita e da 17ª para a 14ª em Receita Própria per capita. Avançou uma posição – da 25ª para a 24ª – em Receita Total per capita e da 13ª para a 12ª – em IPTU per capita. Ao mesmo tempo, manteve a 14ª posição em Receita Tributária per capita e a 26ª em Transferências Correntes *per capita*.

Em 2020, dos 873 mil imóveis do cadastro imobiliário ativo de Salvador, 250 mil imóveis residenciais de valor venal inferior a R\$ 103.017,53 foram isentos do pagamento do IPTU e da TRSD.

### DESPESA MUNICIPAL

#### Evolução da Despesa

A execução das despesas é monitorada permanentemente com o objetivo de manter o equilíbrio fiscal, regra de ouro da gestão, e ampliar a capacidade de geração de resultados financeiros para que o Município possa realizar, com seus próprios recursos, os investimentos demandados por sua população, independente de repasses da União ou do governo estadual.

Os índices mínimos exigidos para as despesas nas áreas de Saúde e Educação foram superados e cumpridos os compromissos assumidos com servidores e fornecedores pelo município.

A Tabela 5, exibe as despesas relativas aos exercícios integrais de 2019, 2020 e 2021. Em 2021, a Despesa Total (liquidada) alcançou R\$ 7,662 bilhões, caindo de 0,1 %, do ponto de vista nominal, o que equivale a uma queda de 9,7% em valores constantes sobre igual período de 2020.

As Despesas Correntes chegaram a R\$ 6,634 bilhões, exibindo crescimento nominal de 4,2%, o que equivale a uma queda de 5,9% sobre 2020.

#### Evolução Anual da Despesa

Dos três grandes grupos em que se subdividem as despesas correntes municipais, o de maior magnitude financeira são as chamadas Outras Despesas Correntes, que incluem gastos com contratação de serviços e com aquisição de material de consumo. Em 2021 essas despesas chegaram a R\$ 3,903 bilhões, perfazendo 58,8% das Despesas Correntes e registrando um crescimento nominal de 6,9% (queda real de 3,4%) sobre 2020.

Cabe aqui um recorte especial sobre as despesas correntes voltadas para o combate à Pandemia da Covid-19, já que elas fazem parte deste grupo. Como se vê na tabela a seguir, as despesas empenhadas com esta finalidade somaram R\$ 695 milhões em



Tabela 5		EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA							
COMPONENTE DA DESPESA				INCREMENTO NOMINAL			INCREMENTO REAL - (IPCA)		
	2019	2020	2021	2020/ 2019	2021/ 2019	2021/ 2020	2020/ 2019	2021/ 2019	2021/ 2020
<b>Despesa Corrente</b>	<b>5.841.130</b>	<b>6.364.792</b>	<b>6.633.541</b>	<b>9,0%</b>	<b>13,6%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,3%</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-5,9%</b>
Gastos com Pessoal	2.625.190	2.689.970	2.676.280	2,5%	1,9%	-0,5%	-2,0%	-11,9%	-10,2%
Juros e Encargos da Dívida	32.432	24.964	54.098	-23,0%	66,8%	116,7%	-26,4%	44,1%	95,7%
Outras Despesas Correntes	3.183.508	3.649.859	3.903.163	14,6%	22,6%	6,9%	9,7%	5,9%	-3,4%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>802.133</b>	<b>946.328</b>	<b>678.472</b>	<b>18,0%</b>	<b>-15,4%</b>	<b>-28,3%</b>	<b>12,9%</b>	<b>-26,9%</b>	<b>-35,3%</b>
Investimentos	658.733	735.928	500.683	11,7%	-24,0%	-32,0%	6,9%	-34,3%	-38,6%
Amortização da Dívida	143.400	153.900	118.239	7,3%	-17,5%	-23,2%	2,7%	-28,8%	-30,6%
Inversões Financeiras	-	56.500	59.550	-	-	5,4%	-	-	-4,8%
<b>Despesa Total (Exceto Intraorçamentária)</b>	<b>6.643.263</b>	<b>7.311.120</b>	<b>7.312.013</b>	<b>10,1%</b>	<b>10,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>5,3%</b>	<b>-4,9%</b>	<b>-9,7%</b>
Despesa Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	7,4%	5,9%	-1,5%	2,8%	-8,5%	-11,0%
<b>Despesa Total (Com Intraorçamentária)</b>	<b>6.973.663</b>	<b>7.666.044</b>	<b>7.661.758</b>	<b>9,9%</b>	<b>9,9%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>5,2%</b>	<b>-5,1%</b>	<b>-9,7%</b>

Valores nominais (em R\$ milhões)  
Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

2021, tendo crescido 12,6% sobre os R\$ 617 milhões despendidos com a Covid-19 em 2020.

Confrontando este montante com o valor das receitas de transferências para combate da pandemia em 2021, meros R\$ 114 milhões, verifica-se a configuração de um déficit de R\$ 581 milhões em 2021, valor este que, sozinho, representa a fatia de 8,3% de toda a Receita Corrente Líquida do exercício e teve que ser coberto integralmente com os recursos próprios da poupança municipal.

O segundo grupo mais expressivo das despesas municipais – os Gastos com Pessoal – somou R\$ 2,676 bilhões em 2021, constituindo 40,3% das despesas correntes, excetuando as intraorçamentárias,

e ficando em situação de virtual estabilidade nominal (-0,5%), o que representa -10,2% em termos reais, sobre o montante despendido em 2020.

O último grupo das Despesas Correntes, quais sejam os gastos com Juros e Encargos da Dívida, somou R\$ 54 milhões em 2021, representando 0,8% das Despesas Correntes e crescendo 116,7% nominais (95,7% reais) sobre 2020, sendo este salto devido em grande parte ao diferimento desses pagamentos em 2020.

As Despesas de Capital alcançaram R\$ 678 milhões em 2021. Os investimentos somaram R\$ 501 milhões, os gastos com amortização da dívida R\$ 118 milhões e as inversões financeiras R\$ 60 milhões.

## POUPANÇA CORRENTE

O resultado líquido do controle das despesas foi a sistemática geração de Poupança Corrente, que atingiu um montante global de R\$ 4,479 bilhões entre 2013 e 2021, valor este que significa quase 8,3% das receitas correntes acumuladas nos últimos nove anos. Em 2021, o volume de poupança corrente atingiu R\$ 606 milhões (Tabela 6).

## RESULTADOS FISCAIS

### Resultados Primário e Nominal

Em 2021, o Resultado Primário foi de R\$287 milhões para uma meta fixada em R\$ (-)394 milhões. A situação repete o realizado de 2013 a 2020, quando as metas definidas pelas respectivas LDOs foram superadas. O Resultado Nominal atin-

giu o montante em 2021 de R\$ 313 milhões para uma meta de R\$ (-)437 milhões, o que resulta numa margem de superação de R\$ 750 milhões e, por sua vez, assegura o cumprimento da meta do ano com folga.

### Resultado Orçamentário

A evolução dos resultados orçamentários gerados ao longo dos últimos exercícios, evidenciam o controle exercido sobre as despesas na atual gestão permitiu que, mesmo no cenário de queda na atividade econômica do país, ainda assim, se obtivessem saldos orçamentários positivos em todos os anos.

Em 2021, apurou-se um resultado orçamentário de R\$ 361 milhões, refletindo o cumprimento da regra básica da gestão fiscal municipal de não se gastar mais do que se arrecada.

Tabela 6		POUPANÇA CORRENTE								
EXERCÍCIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Receitas Correntes <sup>1</sup>	4.369	5.044	5.364	5.733	5.858	6.156	6.596	7.066	7.587	<b>53.772</b>
Despesas Correntes <sup>2</sup>	3.682	4.458	4.925	5.274	5.293	5.794	6.168	6.718	6.981	<b>49.293</b>
<b>Poupança Corrente</b>	<b>687</b>	<b>585</b>	<b>439</b>	<b>459</b>	<b>564</b>	<b>362</b>	<b>428</b>	<b>348</b>	<b>606</b>	<b>4.479</b>
Poupança Corrente / Receitas Correntes	15,73%	11,60%	8,18%	8,01%	9,64%	5,88%	6,49%	4,92%	7,98%	<b>8,33%</b>
Despesas Correntes / Receitas Correntes	84,27%	88,40%	91,82%	91,99%	90,36%	94,12%	93,51%	95,08%	92,02%	<b>91,67%</b>

(1) Incluídas as intraorçamentárias e abatidas as deduções de receitas. (2) Despesas Empenhadas. (3) Período 2013-2021. Valores em R\$ milhão.

Tabela 7		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO								
DETALHAMENTO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Receita Total</b>	<b>3.836</b>	<b>4.374</b>	<b>5.066</b>	<b>5.435</b>	<b>5.832</b>	<b>5.941</b>	<b>6.448</b>	<b>7.051</b>	<b>7.699</b>	<b>8.023</b>
Receitas Correntes	3.606	4.175	4.815	5.113	5.450	5.556	5.832	6.265	6.711	7.237
Receitas de Capital	31	5	23	68	98	83	292	455	633	436
Receita Intraorçamentária	199	194	229	254	283	301	324	330	355	350
<b>Despesa Total</b>	<b>3.780</b>	<b>4.067</b>	<b>4.970</b>	<b>5.382</b>	<b>5.681</b>	<b>5.674</b>	<b>6.352</b>	<b>6.974</b>	<b>7.666</b>	<b>7.662</b>

Continua

Continuação

<b>Tabela 7 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>										
<b>DETALHAMENTO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Despesas Correntes	3.316	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	5.841	6.365	6.634
Despesas de Capital	302	386	512	457	407	381	552	802	946	678
Despesa Intraorçamentária	162	191	229	261	302	285	324	330	355	350
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>55</b>	<b>307</b>	<b>96</b>	<b>53</b>	<b>151</b>	<b>267</b>	<b>95</b>	<b>77</b>	<b>33</b>	<b>361</b>

Valores Nominais (em R\$ milhão)  
Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

### Disponibilidade de Caixa

A disponibilidade líquida de caixa apurada foi de R\$ 2,132 bilhões. Apesar das dificuldades financeiras impostas, esse saldo garante, ao município, um nível de reservas financeiras que preservam a saúde fiscal.

### Gastos com Educação e Saúde

Diferentemente da situação encontrada em 2012, em que o índice legal exigido nos gastos com Educação deixou de ser cumprido, ficando em apenas 22%, quando o mínimo constitucional exigido é de 25% da Receita de Impostos e Transfe-

rências, nos últimos nove anos esta exigência foi atendida e superada.

Em 2021, este índice ficou em 25,69%, configurando um excedente de aplicação, para mais do que o mínimo exigido, de R\$ 33 milhões.

Também no que concerne à Saúde, os gastos realizados superaram o limite legal durante todos os últimos nove anos. Em 2021, por força da enorme demanda por serviços de Saúde provocada pela pandemia da Covid-19, o índice alcançou o recorde histórico do município, chegando a 22,29%, ou seja, 7,29 pontos percentuais acima do limite mínimo constitucional exigido, de 15%, resultando num excedente de aplicação também recorde, de R\$ 343 milhões.

<b>Tabela 8 GASTOS COM EDUCAÇÃO</b>								
<b>ANO</b>	<b>DESPEZA BRUTA REALIZADA</b>	<b>DESPEZA TOTAL APLICÁVEL (A)</b>	<b>ÍNDICE CONSTITUCIONAL</b>					
			<b>DEDUÇÕES EXIGIDAS (B)</b>	<b>DESPEZA LÍQUIDA APLICÁVEL (C= A-B)</b>	<b>RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (D)</b>	<b>ÍNDICE</b>		
						<b>ALCANÇADO (C/D)</b>	<b>MÍNIMO (C/D)</b>	<b>EXCEDENTE DE APLICAÇÃO</b>
2019	1.417	1.280	192	1.088	4.205	25,87%	25%	36
2020	1.441	1.441	215	1.226	4.101	26,16%		48
2021	1.525	1.384	153	1.231	4.795	25,69%		33

Valores Nominais (em milhões)  
Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ



Tabela 9 GASTOS COM SAÚDE								
ANO	DESPESA BRUTA REALIZADA	DESPESA TOTAL APLICÁVEL (A)	DEDUÇÕES EXIGIDAS (B)	DESPESA LÍQUIDA APLICÁVEL (C= A-B)	RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (D)	ÍNDICE CONSTITUCIONAL		
						ÍNDICE		
						ALCANÇADO (C/D)	MÍNIMO (C/D)	EXCEDENTE DE APLICAÇÃO
2019	1.633	787	0	787	4.137	19,03%	15%	167
2020	1.936	896	0	896	4.033	22,21%		291
2021	2.175	1.050	0	1.050	4.712	22,29%		343

Valores Nominiais (em milhões)  
Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

### Gastos com Pessoal

Igualmente, nos Gastos com Pessoal os limites legais têm sido observados pela administração municipal. Em cada um dos anos de 2013 a 2021, os índices relativos a estes gastos ficaram abaixo do limite de alerta, estabelecido na LRF, de 48,6% da Receita Corrente Líquida (RCL), mas também dos 44,50% registrados para os mesmos em 2012. O índice apurado em 2021 foi de 34,67% da RCL.

### Gastos com Investimento

Os gastos com investimentos, em 2021, somaram R\$ 501 milhões, refluindo 31,9% nominiais sobre o pico histórico de R\$ 736 milhões registrado em 2020. Isto significou a aplicação de 6,2% da receita total do município em obras e ativos permanentes da capital baiana.

Tabela 10 GASTOS COM PESSOAL							
EXERCÍCIO	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (A)	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)					
		DESPESA TOTAL COM PESSOAL (B)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (C)	ÍNDICE ALCANÇADO (D = B/C)	LIMITE DE ALERTA (D = B/C)	LIMITE PRUDENCIAL (D = B/C)	LIMITE MÁXIMO (D = B/C)
2019	2.808	2.304	6.098	37,97%	48,6%	51,3%	54%
2020	2.890	2.397	6.491	36,93%			
2021	2.896	2.420	6.979	34,67%			

Valores Nominiais (em milhão)  
Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

Tabela 11 GASTOS ANUAIS COM INVESTIMENTOS					
ANO	INVESTIMENTO ANUAL (IA)	RECEITA TOTAL (RT)	IA/RT (%)	RECURSOS PRÓPRIOS1	RECURSOS PRÓPRIOS (%)
2013	203	4.374	4,6%	198	98%
2014	413	5.066	8,2%	398	96%

Continua

Continuação

<b>Tabela 11</b>					
<b>GASTOS ANUAIS COM INVESTIMENTOS</b>					
<b>ANO</b>	<b>INVESTIMENTO ANUAL (IA)</b>	<b>RECEITA TOTAL (RT)</b>	<b>IA/RT (%)</b>	<b>RECURSOS PRÓPRIOS<sup>1</sup></b>	<b>RECURSOS PRÓPRIOS (%)</b>
2015	334	5.435	6,2%	310	93%
2016	299	5.832	5,1%	218	73%
2017	245	5.943	4,1%	170	69%
2018	437	6.448	6,8%	223	51%
2019	659	7.051	9,3%	257	39%
2020	736	7.699	9,6%	208	28%
2021*	346	7.560	4,6%	29	8%
<b>2013-2021*</b>	<b>408</b>	<b>6.156</b>	<b>6,6%</b>	<b>223</b>	<b>55%</b>

(\*) Até 20-12-21, despesas liquidadas. Outros anos, despesas empenhadas. Valores Nominais em R\$ milhão.

### Dívida Pública do Município

A Dívida Consolidada Líquida (DCL), que é o valor da Dívida Consolidada (bruta) abatido o montante das disponibilidades financeiras líquidas do Município, caiu do patamar de R\$ 1,83 bilhões em 2012, que correspondia a 52,1% da Receita Corrente Líquida apurada naquele ano, para R\$ 320 milhões, ou seja, 4,93% da RCL, em 2020, depois, inclusive, de ter estado negativa por três exercícios consecutivos entre 2017 e 2019.

### Índice de Endividamento

Em 2021, até outubro, a DCL caiu para apenas R\$ 47 milhões ou

0,68% da Receita Corrente Líquida apurada nesse mesmo mês. O resultado disto é que, dado o limite legal de endividamento de +120% da RCL, a capacidade de endividamento de Salvador hoje é de R\$ 8,156 bilhões além da já existente.

Quanto ao índice dos desembolsos com amortização, juros e encargos da dívida pública municipal frente à Receita Corrente Líquida, até outubro de 2021, caiu para 2,1% da RCL. Como o limite legal para estes desembolsos é de 11,5% da RCL, o município está capacitado a se comprometer adicionalmente com o pagamento de novas dívidas (principal e encargos) até 9,4% da sua receita corrente líquida, ou seja, R\$ 643 milhões por ano.

<b>Tabela 12</b>						
<b>ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO</b>						
<b>ANO</b>	<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>HAVERES FINANCEIROS</b>	<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (A)</b>	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (B)</b>	<b>ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (% RCL)</b>	
					<b>ALCANÇADO (A/B)</b>	<b>LIMITE(*)</b>
2012	2.105	275	1.829	3.513	52,08%	120%
2013	2.287	596	1.691	4.060	41,66%	
2014	2.196	773	1.424	4.684	30,39%	
2015	2.133	815	1.318	4.966	26,55%	

Continua

Continuação

<b>Tabela 12</b> ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO						
ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA	HVERES FINANCEIROS	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (A)	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (B)	ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (% RCL)	
					ALCANÇADO (A/B)	LIMITE(*)
2016	1.342	1.044	298	5.292	5,63%	120%
2017	1.012	1.380	-368	5.403	-6,81%	
2018	1.215	1.635	-419	5.672	-7,39%	
2019	1.515	1.947	-432	6.098	-7,09%	
2020	1.925	1.604	320	6.502	4,93%	
2021**	2.222	2.176	47	6.836	0,68%	

(\*) Portaria nº 40/2001 do Senado Federal. (\*\*) Até outubro.

Valores Nominais (em R\$ milhão)

Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

<b>Tabela 13</b> AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
ANO	DESEMBOLSOS COM A DÍVIDA			Receita Corrente Líquida (D)	ÍNDICE DE DESEMBOLSO (% RCL)	
	Juros e Encargos (A)	Amortização (B)	Total (C = A + B)		Alcançado (C/D)	Limite (*)
2012	69	138	207	3.513	5,9%	11,5%
2013	70	178	248	4.060	6,1%	
2014	68	98	166	4.684	3,6%	
2015	71	123	194	4.966	3,9%	
2016	11	108	119	5.292	2,3%	
2017	7	114	121	5.403	2,2%	
2018	17	115	133	5.672	2,3%	
2019	32	143	176	6.097	2,9%	
2020	25	154	179	6.502	2,8%	
2021**	39	106	145	6.836	2,1%	

(\*) Portaria nº 43/2001 do Senado Federal. Valores em R\$ milhão. (\*\*) Até outubro.

Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.



### Capacidade de Pagamento (Capag)

As regras da Capag - indicador criado em 2017 pela Secretariado Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia - tratam as situações do endividamento, da poupança corrente e da liquidez do ente federado, aplicando-se, no caso do endividamento e da liquidez, os resultados obtidos em um exercício-base como referência para o exercício fiscal seguinte e, no caso da Poupança Corrente, a média ponderada dos três últimos exercícios. As notas variam de A a D, sendo A e B de aprovação e C e D de reprovação, para fins de obtenção de garantia da União às operações de crédito pretendidas pelo ente federado.

A aplicação dessas regras às finanças de Salvador revela que, em todo o período de 2014 (ano-base de 2013) a 2021 (ano-base de 2020), o Município obteve sempre notas de aprovação em sua Capacidade de Pagamento. Quanto à Capag de 2022 (ano-base de 2021), os indicadores de desempenho apurados em 2020, até outubro, asseguram a obtenção do conceito A nos índices de Endividamento e de Liquidez, mas o conceito do indicador de Poupança Corrente somente estará definido ao final do exercício, já que o mesmo é calculado com base nas despesas empenhadas realizadas no exercício.

### Avaliação Externa da Gestão Fiscal

A avaliação efetuada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que mede e classifica a performance fiscal anual de todos os municípios brasileiros desde 2006, na forma do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) baseia-se em indicadores de autonomia financeira, rigidez orçamentária, saldo das disponibilidades líquidas de caixa frente aos restos a pagar inscritos no ano anterior e capacidade de investimentos.

Para cada indicador, as notas variam de zero a um e cada um deles tem peso de 25% para se chegar ao valor do IFGF. Os municípios podem ser classificados como Gestão Fiscal de Excelência (IFGF superior a 0,8), Boa Gestão Fiscal (IFGF maior que 0,6 e menor que 0,8), Gestão Fiscal em Dificuldade (IFGF entre 0,4 e 0,6) e Gestão Fiscal Crítica (IFGF menor que 0,4).

Na edição 2021, ano-base 2020, Salvador ocupou o posto de primeira capital do país em desempenho fiscal com um IFGF de 0,9401, tendo obtido nota máxima de 1,0000 em três dos quatro indicadores componentes do IFGF e 0,7605 no indicador de Investimentos, integrando, com isto, o seleto grupo de apenas 11,7% dos municípios brasileiros com Gestão Fiscal de Excelência. A edição avaliou 5.239 dos 5.570 municípios brasileiros.

**Tabela 14** IFGF 2021 — ANO-BASE 2020 — RANKING DAS CAPITALS

RANKING	CAPITAL	IFGF	AUTONOMIA	GASTOS COM PESSOAL	LIQUIDEZ	INVESTIMENTOS
1º	Salvador	0,9401	1,0000	1,0000	1,0000	0,7605
2º	Manaus	0,9140	1,0000	1,0000	0,6561	1,0000
3º	Vitória	0,8827	1,0000	0,8375	0,9356	0,7577
4º	Boa Vista	0,8650	0,5671	1,0000	1,0000	0,8930
5º	Rio Branco	0,8336	0,7929	1,0000	1,0000	0,5417
6º	Goiânia	0,8293	1,0000	0,9489	0,8295	0,5386
7º	São Paulo	0,8206	1,0000	1,0000	0,9034	0,3790
8º	Curitiba	0,8176	1,0000	1,0000	1,0000	0,2702
9º	Fortaleza	0,8109	1,0000	0,8053	0,5575	0,8808

Continua

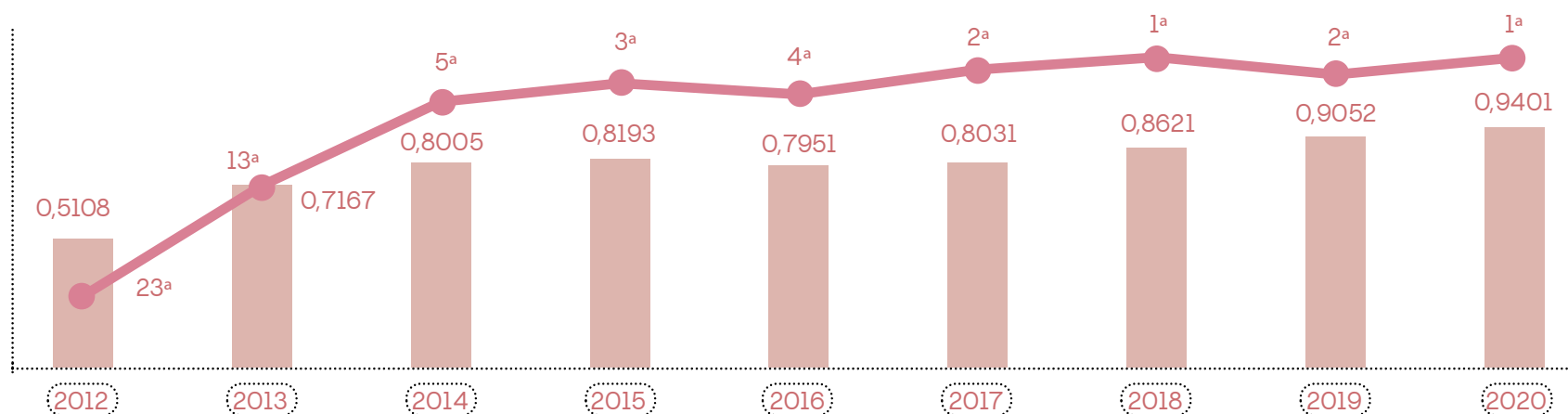
Continuação

Tabela 14		IFGF 2021 — ANO-BASE 2020 — RANKING DAS CAPITAIS				
RANKING	CAPITAL	IFGF	AUTONOMIA	GASTOS COM PESSOAL	LIQUIDEZ	INVESTIMENTOS
10º	São Luís	0,7933	1,0000	0,7018	0,6292	0,8423
11º	Aracaju	0,7919	1,0000	0,7643	0,7757	0,6276
12º	Belo Horizonte	0,7563	1,0000	1,0000	0,5999	0,4253
13º	João Pessoa	0,7499	1,0000	0,6730	1,0000	0,3266
14º	Porto Alegre	0,7382	1,0000	1,0000	0,6399	0,3129
15º	Palmas	0,7362	0,9623	0,4708	0,8241	0,6878
16º	Florianópolis	0,7261	1,0000	0,6042	0,6566	0,6435
17º	Recife	0,7228	1,0000	0,6903	0,5356	0,6654
18º	Maceió	0,6520	0,6762	0,9261	0,7456	0,2600
19º	Teresina	0,6313	0,8385	0,7174	0,4456	0,5237
20º	Campo Grande	0,5843	1,0000	0,5381	0,5223	0,2768
21º	Porto Velho	0,5378	0,4957	0,4734	0,8721	0,3098
22º	Natal	0,5338	1,0000	0,4485	0,5540	0,1325
23º	Cuiabá	0,5208	0,8523	0,8272	0,0000	0,4038
24º	Macapá	0,3935	0,0000	0,5741	0,0000	1,0000
25º	Rio de Janeiro	0,3043	1,0000	0,0575	0,0000	0,1596

FONTE: FIRJAN - IFGF 2021

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL DE SALVADOR

SALVADOR 2021



Fonte: Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF

## INCENTIVOS FISCAIS

O equilíbrio fiscal do município permitiu que, além do equacionamento da dívida, do pagamento tempestivo de suas obrigações com servidores e fornecedores e da ampliação de sua capacidade de investimento, fosse possível implantar um programa de incentivos fiscais, voltados ao estímulo ao desenvolvimento econômico e urbanístico da cidade e à desoneração tributária das famílias de menor nível de renda.

Entre os benefícios e incentivos fiscais implementados no município em 2021, estão:

- a. O programa de isenção de IPTU/TRSD para imóveis residenciais com valor venal de até R\$ 107.457,59 (valor de referência para 2021), que beneficiou mais de 256 mil famílias no ano;
- b. O programa de desoneração para povos e comunidades de terreiro, que isenta e remite os débitos do IPTU dos imóveis utilizados como templos por essas comunidades e beneficiou 205 desses imóveis em 2021;
- c. A isenção do ITIV sobre a venda de imóveis integrantes de programas habitacionais de interesse social, que beneficiou 7.356 famílias desde 2014, das quais, 456 em 2021;
- d. O programa de apoio à modernização da frota do transporte coletivo municipal rodoviário de passageiros, a fim de garantir tarifa suportável pelo usuário final, que apoiou três concessionárias de transporte urbano de 2019 a 2021;
- e. Os programas IPTU Verde e IPTU Amarelo, que incentivam a adoção de práticas sustentáveis no consumo de recursos naturais e na geração própria de energia solar, abrangendo 135 imóveis em 2021 através da redução do IPTU;
- f. O programa de redução de 80% do valor venal dos terrenos declarados não edificáveis, inseridos em áreas de APA, APP e Mata Atlântica, abrangendo 195 imóveis em 2021;
- g. Os programas de estímulo à recuperação de imóveis degradados e subutilizados do Centro Antigo (Pidi e Revitalizar), que atraíram projetos de recuperação e revitalização;
- h. O programa de redução de tributos para clubes sociais e esportivos que disponibilizam suas instalações e equipamentos para atividades educacionais e culturais promovidas pela prefeitura, que beneficiou 18 entidades esportivas em 2021;
- i. Redução tributária para terrenos com construção em andamento, com o propósito de estimular a utilização dos terrenos municipais, que beneficiou 1.491 contribuintes desde 2014 e 235 em 2021;
- j. Programa Salvador 360 de estímulo ao desenvolvimento econômico do município e à geração e manutenção de empregos beneficiou 25 projetos em 2021;
- k. Programa Proturismo, de requalificação da infraestrutura e modernização dos serviços de hospedagem e aumento da taxa de ocupação da rede hoteleira do Município, com redução de até 40% do IPTU devido de 2020 a 2023, que beneficiou 1.254 estabelecimentos hoteleiros em 2021; e
- l. Programa Viva Cultura, voltado ao fortalecimento da economia da cultura, mediante a concessão de crédito ao contribuinte incentivador de projetos culturais, no valor de até 90% do montante investido em cada projeto, para abatimento do ISS e do IPTU.

A partir de 2020, Salvador adotou um conjunto especial de medidas tributárias e fiscais dirigidas aos contribuintes prejudicados pela paralisação de atividades econômicas vinculadas ao combate à pandemia da Covid-19, a fim de que recuperassem a situação de adimplência com o município, além de conceder incentivos para a atração e ampliação de investimentos e para o retorno aos níveis de consumo, emprego e renda anteriores a essa urgência sanitária.

## MEDIDAS PARA MITIGAR OS EFEITOS DA CRISE

### PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO ESPECIAL DA PANDEMIA (PPI/PANDEMIA)

Ofereceu condições especiais para empresas e pessoas físicas poderem quitar suas dívidas contraídas antes ou durante a pandemia da Covid-19. Regularização de R\$ 826 milhões de débitos com a fazenda municipal Redução da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e do ISS.

A redução de 20% nos valores da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e do ISS devidos pelos Contribuintes Autônomos e do ISS Estabelecimento, vencidos e a vencer no exercício de 2021. Essas reduções beneficiaram 13.002 estabelecimentos e 4.149 contribuintes autônomos.

### PROCULTURA

Voltado à recuperação do setor cultural, com o estímulo à promoção de festividades, espetáculos e atividades culturais afins, através da retirada de serviços prestados por terceiros da base de cálculo do ISS e a redução para até 2% da alíquota do ISS incidente sobre os serviços vinculados a um amplo conjunto de atividades culturais realizadas no município.

## MEDIDAS PARA RETOMADA DA ECONOMIA

### IPTU e TRSD

Redução de 40% do IPTU e TRSD para a instalação de novos centros de logística e armazenamento, extensiva à modernização e ampliação dos já instalados no Município, e de 50% para indústrias integradas a projetos de cunho social implantados em áreas públicas municipais.

### ISS

Redução de 5% para 2% do ISS aplicável aos serviços prestados em plataformas digitais, incluindo fintechs, bancos digitais, administradoras ou credenciadoras de cartão de crédito ou débito e demais prestadores de serviços financeiros, bancários e afins, exclusivamente digitais ou eletrônicos, bem como operadores de

marketplace em plataformas digitais e de aplicativos de transportes urbano e de delivery instalados em Salvador.

## PROGRAMA INOVA SALVADOR

Destinado às empresas de base tecnológica e startups com atividades voltadas ao fomento da inovação no município, o programa oferta incentivos fiscais como:

- ➔ Redução da alíquota do ISS de 5% para 2%, para empresas não optantes do Simples Nacional;
- ➔ Redução de 50% do IPTU incidente sobre o imóvel ocupado pela empresa, por um prazo de cinco anos;
- ➔ Isenção do ITIV incidente sobre a aquisição do imóvel onde a empresa venha a desenvolver suas atividades;
- ➔ Isenção do ISS incidente sobre os serviços de execução de obras de construção civil relativas à edificação, restauração, recuperação, reforma e conservação do imóvel onde a empresa desenvolva ou venha a desenvolver suas atividades, desde que o prestador do serviço não seja optante pelo Simples;
- ➔ Isenção da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) devida pelo estabelecimento onde a empresa desenvolva ou venha desenvolver suas atividades;
- ➔ Isenção da Taxa de Licença de Localização (TLL) do estabelecimento onde a empresa venha a desenvolver suas atividades;
- ➔ Isenção da Taxa de Vigilância Sanitária - TVS, desde que a empresa utilize tecnologias limpas no desenvolvimento de suas atividades; e
- ➔ Diferimento do pagamento do ISS mensal devido por 24 meses, desde que a empresa não seja optante pelo Simples Nacional.



## ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

De 2017 até outubro de 2021, foram atualizadas 524.896 inscrições imobiliárias, o que representa 60% das 875 mil inscrições do Cadastro Imobiliário Municipal. Uma empresa especializada em inteligência fiscal e big data foi contratada para efetuar as necessárias análises e cruzamentos de bases de dados internas e externas ao próprio município. No ano, até outubro, 155.456 inscrições foram atualizadas, corrigidas ou padronizadas.

## CADASTRO DE LOGRADOUROS

Uma ação para ajustar a importação do Diretório Nacional de Endereços dos Correios (DNE), cadastro de logradouros e CEP de todo o Brasil, foi iniciada em outubro. Com esse ajuste, essa base será inserida no Sistema de Administração Tributária da Sefaz e poderá ser atualizada periodicamente. O mesmo trabalho está sendo feito com os dados do Cadastro de Logradouros (CADLOG) da Sedur, base que contém os dados oficiais de logradouros de Salvador e, também, uma tabela que relaciona esses dados aos CEP do DNE.

## Cruzamentos de Bases de Dados

O cruzamento dos dados das 83 mil inscrições com status de ativação suspensa no Cadastro Imobiliário Municipal com a base de dados de consumidores da Coelba está em execução na Sefaz. A iniciativa possibilitará atualizações de CPF, de CNPJ e de números de porta ausentes nessas inscrições. Um cruzamento em execução é o do Cadastro Mobiliário com o Cadastro Imobiliário. O objetivo é identificar, dentre as empresas que desempenham atividades impedidas de serem exercidas em residências, aquelas que ocupam imóveis residenciais para os devidos ajustes tributários.

## Saneamento do Cadastro Imobiliário

O edital para contratação de serviços de saneamento de inscrições imobiliárias suspensas por pendências cadastrais está em

elaboração. O objetivo é a reativação, suspensão definitiva ou cancelamento dessas inscrições e consequente extinção dos créditos tributários, processos, protestos e execuções fiscais infrutíferas. Como resultado será possível obter previsões mais realistas do estoque de dívidas recuperáveis.

## Redesim, Regin e Balcão Único

Em julho de 2021, Salvador integrou-se à Redesim, rede federal de sistemas informatizados para abertura, alterações e baixas de empresas nos âmbitos da União, Estados e Municípios e, simultaneamente, também ao Regin, sistema de registro comercial da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb). Como resultado da unificação dos dados cadastrais das três esferas de governo, o tempo de abertura de empresas em Salvador foi reduzido de 10 dias e 18 horas na média do primeiro quadrimestre de 2021 para apenas dois dias e 19 horas no segundo quadrimestre.

Salvador, em setembro de 2021, passou a integrar, juntamente com a Juceb, ao Balcão Único. A ferramenta digital de âmbito federal voltada exclusivamente para a abertura de empresas, permite obter, de forma instantânea, o registro da empresa e a emissão do CNPJ das inscrições estadual e municipal e das licenças municipais.

No âmbito exclusivo do Município, três outras melhorias do ambiente de negócios em Salvador foram concretizadas em 2021, a partir da integração dos sistemas de viabilidade locacional da Sedur com o cadastro imobiliário da Sefaz, da criação do DAM Único – o que reúne num só documento de pagamento a Taxa de Licença de Localização (TLL) e a Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) – e a redefinição do prazo de vencimento das taxas de prévio à formalização para 60 dias após a criação da empresa.

## Nota Salvador

O Programa Nota Salvador objetiva a incorporação, por parte do tomador de serviços, da cultura da exigência da nota fiscal eletrô-

nica de serviços. Para tanto, são oferecidos incentivos financeiros aos contribuintes de ISS que exigirem a Nota Fiscal de Serviços.

Desde a efetivação do programa, de dezembro de 2013 até setembro de 2021, foram realizados 76 sorteios que resultaram na distribuição de 905.860 prêmios. No total, entre prêmios e créditos foram pagos pelo Município R\$ 72.537.560,77.

## AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As ações de fiscalização empreendidas em 2021, até setembro, tiveram como alvo 573 estabelecimentos prestadores de serviços. Foram detectadas situações de irregularidade em 309 desses estabelecimentos, resultando na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 91 milhões.

## SHOWS E EVENTOS

O segmento de shows e eventos continuou em 2021 sob o forte impacto da pandemia do novo coronavírus. Com a criação do Programa Procultura, em setembro, foi possível a retomada dessas atividades e a concessão de incentivos para sua recuperação.

No ano de 2020, o segmento alcançou um total de ISS próprio arrecadado no valor de R\$ 4.495.827,39, parte dessa arrecadação vinculada à realização do Carnaval, o que não aconteceu em 2021. Sem a realização da folia momesca, o valor próprio arrecadado, até setembro de 2021, alcançou apenas R\$ 760.270,99. Relativamente ao ISS retido e pago, o montante R\$ 2.103.763,05 registrado em 2020 foi reduzido para somente R\$ 635.441,39 em 2021 até setembro.

## SIMPLES NACIONAL

A contratação do sistema de Gestão do Simples Nacional (GSN), ferramenta de acompanhamento da conformidade fiscal dos contribuintes optantes do Simples Nacional e instrumento de indu-

ção à autorregularização, permitiu à Sefaz monitorar e notificar em massa as empresas desse universo.

A ferramenta identificou e foi dada ciência às empresas sobre divergências entre declarações e recolhimentos do ISS, o que possibilitou, de forma espontânea, regularizações fiscais. Foram efetivadas 77 ações fiscais, com constatação de situação irregular em 55 dos contribuintes, resultando na constituição de R\$ 3,1 milhões em créditos tributários de ISS, os quais serão objeto ou da autorregularização ou da eventual lavratura de Autos de Infração (AINF), Notificações Fiscais de Lançamento (NFL), Autos de Infração de Obrigações Acessórias (AIRMI) e Avisos Fiscais para Retificação de Declarações do Simples Nacional.

## COTA PARTE DO ICMS

O valor adicionado (VA), apurado pelo Estado da Bahia para quantificar a participação do município, no repasse estadual da cota-parte do ICMS no exercício de 2021, relativo ao ano-base de 2020, teve uma variação negativa de 14,83% em relação ao apurado em 2020 (ano-base 2019), passando de R\$ 24,1 bilhões para R\$ 20,7 bilhões. O índice de participação do município no ICMS caiu 11,36%, passando de 13,4835498 para 11,9517313. A situação foi decorrente dos efeitos da pandemia, em 2020, quando o consumo de bens e as vendas de shopping e lojas de rua fechadas, tiveram um decréscimo significativo.

Salvador impugnou administrativamente esses dados e empreendeu ações fiscais que resultaram na recuperação, até outubro, de R\$ 578 milhões na apuração do valor adicionado do ano base de 2020. A expectativa é de que essas providências gerem ainda acréscimo de cerca de R\$ 20 milhões ao valor originário da receita da cota-parte de ICMS de 2021.

Com relação aos repasses do estado para o município, de janeiro a setembro, os valores chegaram a R\$ 498 milhões, em 2020, e R\$ 599 milhões em 2021, um crescimento de 20,28%. O aumento deve-se à combinação do crescimento da arrecadação desse imposto, com o índice de 13,48%, apurado em 2020 e aplicado em 2021.

## DMS-IF

A implantação em abril de 2021 da ferramenta de Declaração Mensal de Serviços das Instituições Financeiras (DMS-IF), fornecerá os dados do ISS declarado e recolhido e também, semestralmente, as informações contábeis do interesse da fiscalização municipal.

## RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Com o objetivo de recuperar créditos junto aos contribuintes em situação de atraso de pagamento ou de inadimplência com o município, são desenvolvidas diversas rotinas operacionais pela Sefaz. O conjunto dessas iniciativas tem constituído num instrumento de recuperação de créditos bastante efetivo, gerando um montante de R\$ 953 milhões de receita no período 2013 até setembro de 2021.

### Pagamento das Restituições Tributárias

Em uma demonstração de respeito ao contribuinte, a restituição de valores recolhidos a maior ou indevidamente tem sido efetuada sistematicamente dentro do prazo de 30 dias a contar da data do completo atendimento aos requisitos da solicitação.

De 2013 até setembro de 2021, o total das restituições somou R\$ 94 milhões, dos quais R\$ 50,2 milhões foram devolvidos por pagamento direto aos contribuintes e R\$ 43,8 milhões, mediante a compensação de débitos com o Tesouro Municipal.

### Implantação do Cadin e do Protesto Extrajudicial

Criado em 2013, o Cadastro Municipal de Inadimplentes (Cadin) é um importante instrumento de indução do contribuinte devedor à quitação de suas obrigações com o município, impondo-lhe dificuldades em seu relacionamento com a prefeitura, a exemplo de esta não lhe poder fazer qualquer pagamento ou emitir certidão

ou alvará de seu interesse, além de impedir sua participação em processos licitatórios.

Até setembro de 2021, o município promoveu a inscrição no Cadin de 5,52 milhões de pendências, ou seja, eventos de configuração de inadimplência pela não quitação regular de débitos, envolvendo 923 mil contribuintes e a consignação de créditos vinculados de potencial recuperação no montante de R\$ 13,6 bilhões, dos quais R\$ 11,2 bilhões registrados na Dívida Ativa do Município.

A indução à regularização de pendências fiscais derivada desta iniciativa contribuiu de maneira significativa para que houvesse, nesse período, a recuperação de R\$ 2,334 bilhão dos valores inscritos, dos quais 81,3% são relativos ao IPTU, 6,5 % à Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) e 7,2 % à Taxa de Lixo (TRSD). A implantação, no âmbito da Dívida Ativa, do protesto extrajudicial das dívidas com o município, representou em instrumento adicional de recuperação de créditos.

## PROGRAMA PMAT

Destinado à Modernização da Administração Tributária Municipal, o programa tem financiamento do BNDES, no valor de R\$ 50,8 milhões, com uma contrapartida do Município no valor de R\$18,2 milhões, totalizando investimentos da ordem de R\$ 69 milhões, com carência de 24 meses e prazo de amortização de 96 meses.

## PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL - PNAFM III

O projeto, iniciado em 2019, é financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF), no montante de R\$ 35 milhões, com contrapartida municipal de 10% do valor do empréstimo, totalizando R\$38,8 milhões.

A iniciativa integra o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PANMFIII, objeto de contrato entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento (BID). Seu objetivo é modernizar a gestão fiscal através da ampliação do potencial de arrecadação do município, da redução e do controle dos custos gerados pela máquina administrativa.

## GESTÃO E ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

O gerenciamento do uso dos imóveis municipais é fonte de receita para a cidade. De 2013 a outubro de 2021, o uso desses bens, em suas diversas formas, foi responsável pela arrecadação de R\$ 54,099 milhões. Já os imóveis pertencentes ao município, mas sem interesse de uso pela prefeitura, desde 2014, passaram a integrar o Programa de Alienação de Bens Imóveis Municipais. Por este programa, foram alienados 33 imóveis até 2020, o que gerou R\$ 216 milhões de receita de capital, despendida exclusivamente em obras ou ampliação dos ativos permanentes do município.

A maior parte desses recursos foi utilizada na construção do Hospital Municipal de Salvador, na cobertura integral dos custos da construção do novo Centro de Convenções da capital, na construção do Parque dos Ventos e em obras de requalificação das vias urbanas municipais.

Ao longo do exercício de 2021, a Sefaz lançou 31 editais para a alienação de imóveis públicos municipais, previamente desafetados, localizados em diferentes bairros de Salvador, dos quais 22 tiveram processo de concorrência pública concluído no próprio exercício.

## DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS PARA USO DO MUNICÍPIO

Em 2021, a Sefaz conduziu 808 processos de desapropriação de áreas destinadas à implementação de projetos de proteção social e ambiental e à melhoria do sistema viário municipal. Os processos atenderam às solicitações de expropriação de áreas consideradas de utilidade pública por diversos órgãos e entidades da administração municipal.

## IMPUGNAÇÕES AOS LANÇAMENTOS DE IPTU/TRSD

Do total acumulado de 42.323 processos de impugnação registrados, desde 2014 até outubro de 2021, 38.680 tiveram sua análise concluída, 1.923 estão em processo de análise e 1.720 foram cancelados. Desde a implantação da nova Planta Genérica de Valores em 2014, houve uma redução de 94% no número das impugnações anuais aos lançamentos de IPTU/TRSD, saltando de 15.284 processos naquele ano para 966 em 2021.

## DATA MART DO TESOIRO

Novos painéis desenvolvidos do Data Mart do Tesouro em 2021 incluem o Painel de Monitoramento da Poupança Corrente e o Painel de Gestão Fiscal. O primeiro, decorrente do advento da Emenda Constitucional 109, que define metas para a poupança corrente apurada bimestralmente, permite o monitoramento e acompanhamento tempestivo da evolução deste indicador do equilíbrio das finanças públicas. Já o Painel de Gestão Fiscal sintetiza os principais indicadores de monitoramento da saúde fiscal, para melhor gerenciamento e tomada de decisão pela administração municipal.

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Entre 2013 e 2021, até outubro, a Sefaz emitiu 376 respostas às dúvidas dos contribuintes acerca da legislação tributária municipal e 860 Notas Técnicas de esclarecimento de questões relacionadas à aplicação dessa mesma legislação. No mesmo período, a análise conclusiva de 17.370 processos sobre imunidades e isenções tributárias.

Os julgamentos em 1ª instância administrativa de processos de impugnação de tributos somaram, até outubro, 1.528 processos, dos quais 1.316 foram julgados improcedentes, 102 parcialmente procedentes e 35 plenamente procedentes.



## CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS (CMT)

O Conselho Municipal de Tributos garante à Fazenda municipal e aos contribuintes julgamentos de processos administrativos fiscais em segunda instância. Os julgamentos são efetuados por câmaras compostas paritariamente por representantes da prefeitura e dos contribuintes.

De 2014 a 2021, as câmaras realizaram o julgamento de 4.160 processos, incluindo 220 julgados no ano de 2021, até setembro. Do total julgado no período, 3.035 processos foram procedentes, 159 improcedentes, 212 nulos, 285 foram convertidos em diligência, 140 foram submetidos a reabertura de instância e 329 foram retirados de pauta ou adiados.

No mesmo período, foram pautados 4.160 processos e julgados 3.578, o que configura um índice de desempenho de 86%. Em 2021, até setembro, esse índice alcançou 94%.

## ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Até 2019, o atendimento presencial ao contribuinte era o mais requisitado. A partir de 2020, esta realidade, em função da pandemia da Covid-19, passou a ser majoritariamente virtual, facilitada pela continuada e crescente disponibilização de serviços online pela Sefaz.

O impacto da pandemia nos atendimentos gerou, em 2020, uma redução de 28% no total anual e de 71% da busca de atendimento presencial pelo contribuinte relativamente a 2019. A interrupção do atendimento presencial levou ao fortalecimento e criação de novos canais para prestação de serviços para atendimento emergencial. Em 2021, os atendimentos remotos somaram 61% do total.

## PAGUE FÁCIL

Esse aplicativo, implantado em 2020, passou, em 2021, a oferecer a possibilidade de quitação dos débitos por meio de cartão

de crédito, incluída a hipótese de parcelamento intrínseca a esse meio de pagamento. O sistema permite ainda a visualização e o pagamento de todo e qualquer débito com o município, mediante a emissão de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) para qualquer conjunto de tributos e competências selecionado pelo contribuinte, e propicia o gerenciamento da adesão ao sistema de Débito Automático pelo próprio contribuinte.

## DLUI-WEB

Voltado para a inserção, alteração e o cancelamento de inscrições imobiliárias no Sistema de Administração Tributária (SAT), o sistema está em fase de homologação final e será utilizado para inserção de dados nos processos de Alvarás de Construção, de Habite-se e também nos de revisão (desmembramentos, alterações cadastrais etc.).

O sistema propicia o preenchimento do formulário da Declaração de Lançamento de Unidade Imobiliária (DLUI) diretamente pela incorporadora e construtora, via internet, com segurança de acesso, consistência de dados, e funcionalidades de aproveitamento de outros formulários de unidades idênticas, pesquisas e atrelamento a processos. Elimina ainda a duplicidade de digitação e aumenta a qualidade dos dados do Cadastro Imobiliário.

A Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), a Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) e a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) também utilizarão este sistema, o que irá desafogar o setor de implantação e, ao mesmo tempo, acelerar a inserção e a atualização de dados do Cadastro Imobiliário do Município.

## E-SEFAZ - IMPLEMENTAÇÃO DO PADRÃO OAUTH

Porta de entrada para os diversos serviços web disponibilizados ao contribuinte, e-Sefaz é o sistema de autenticação e autorização que, mediante senha específica, dá acesso a esses serviços, em ambiente de alta segurança a fim de proteger os

dados do contribuinte e garantir o seu sigilo fiscal. Em 2021, essa segurança cibernética foi ainda mais reforçada, com a incorporação ao e-Sefaz do protocolo OAuth, padrão de mercado que estabelece um elevado patamar de prevenção à possibilidade de ataques de *hackers*.

### MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO DIGITAL DO MUNICÍPIO

O projeto Mapeamento Cartográfico Digital de Salvador é uma ação da meta estratégica Implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário e tem o objetivo de prover o município de Salvador de um conjunto de dados cartográficos atualizados, em escala urbana (1:1000), para a geração de informações georreferenciadas.

O projeto impacta na qualificação da administração tributária, no planejamento urbano e ambiental, na implantação de projetos, nas bases de turismo e de mobilidade, no suporte às ações de Educação e Saúde do município e, conseqüentemente, no aprimoramento da gestão da cidade e na prestação de melhores serviços públicos ao cidadão.

A primeira fase, a de produção da base cartográfica, está cumprida e inclui os dados aerofotogramétricos levantados, com 4.771 fotografias aéreas obtidas com câmera digital de alta resolução. A segunda fase do pilar da base cartográfica foi parcialmente concluída com o recebimento definitivo de seis dos 11 lotes de restituição dos dados aerofotogramétricos em que se subdividiu o território municipal.

Em 2021, foi implantado o Projeto GeoDados Sefaz com os objetivos de completar os 208 km<sup>2</sup> do Conjunto de Dados Geoespaciais Vetoriais (CDGV) do Projeto de Mapeamento Cartográfico de Salvador, a incluir a atualização cartográfica por Mapeamento Móvel Terrestre (MMT) de 2.642 vias da cidade de Salvador e realizar um novo aerolevantamento do município. Foi iniciado o levantamento dos requisitos preliminares para a criação da modelagem conceitual de dados geográficos temáticos da Sefaz, com

construção de metodologias e desenvolvimento de aplicações de banco de dados para a geração de geoinformações voltadas ao aumento da arrecadação municipal.

### SISTEMA CORPORATIVO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

O Sistema de Informações Geográficas (SIG), que substituirá o Mapa Digital, teve a sua versão Beta 1 entregue em outubro de 2020, já contendo todas as seguintes bases de dados georreferenciados como endereçamento (logradouros, numeração métrica e sequencial), transações imobiliárias, lançamentos de ITIV e avaliações especiais de imóveis, patrimônio imobiliário público municipal, meio ambiente, licenciamentos, fiscalizações, estações rádio-base (celular) e acervo de loteamentos, projetos urbanísticos e levantamentos topográficos, redes de educação e de saúde, trânsito e transporte público, cadastro imobiliário, registros de imóveis (matrículas) e manutenção da infraestrutura urbana.

O SIG contém outras importantes bases de dados georreferenciados da própria Prefeitura, tais como cartografias, fontes de dados cartográficos do mercado (Open Street Map, Mapa de Ruas Bing e imagens aéreas Bing), dados geográficos de uso comum, como bairros, Prefeituras-Bairro, setores fiscais, áreas públicas estaduais, leis e decretos, terreiros de religiões de matriz africana, dentre outras imprescindíveis à análise e instrução de processos.

### SEFAZ + POR SALVADOR

Em 2021, foi elaborado o plano “SeFaz + Por Salvador” – com as realizações prioritárias para a administração fazendária. Alinhado ao Planejamento Estratégico de Salvador 2021-2024, o plano foi construído de forma colaborativa e é composto por cinco objetivos estratégicos para os próximos anos, sustentados por 16 metas e resultados-chave para a administração. Para viabilizar sua execução, o plano foi composto por 30 projetos.

## OBJETIVOS X METAS E RESULTADOS CHAVE

**01. Garantir um Crescimento Real da Receita.**

Aumentar a arrecadação com receita própria do ISS em R\$ 160 milhões para o período de 2021-2022;

Aumentar a Arrecadação com Receita Própria do IPTU em R\$ 120 milhões para o período de 2021-2022;

Recuperar receita do ISS de Instituições financeiras em R\$ 15 milhões no período de 2021-2022;

Incrementar em R\$ 100 milhões a recuperação de créditos em cobrança administrativa no período de 2021-2022;

Implementar o Novo Sistema de Administração Tributária.

**02. Promover uma Relação de Transparência e de Cooperação com os Contribuintes e a Modernização da Legislação Tributária.**

Até 2024, melhorar o índice de Satisfação dos Contribuintes em 90%.

**03. Implantar um Controle de Caixa Efetivo e com Foco na Responsabilidade Fiscal.**

Implantar Fluxo de Caixa Projetado até 12/2022;

Implantar Rotina de Mensuração da Capacidade de Pagamento do Município até 12/2021, preparando o Município para crises e cenários desfavoráveis;

Traduzir os Dados Fiscais numa linguagem mais acessível ao cidadão, até 12/2023, para aumentar o Grau de Transparência.

**04. Criar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social de Salvador.**

Organização de Infraestrutura Fiscal para os Programas Municipais de Desenvolvimento Econômico e Social;

Estruturar um Programa Coordenado de Gestão Fundiária do Patrimônio Público Municipal até 2024;

Estimular o Ambiente de Negócios da Cidade com Avanço no Pilar "Ambiente Regulatório" do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) de 5,15 para 6,17 pontos.

**05. Ser um órgão ágil e inovador.**

Ampliar a Governança da Sefaz a partir de uma Visão e um Método Focado em Resultados;

Até 2024, tornar a Sefaz 100% Digital com Foco nos Serviços e Processos de Negócio;

Ampliar em 70% (com base em 2019) o Total de Ações (ou horas) de Capacitação dos Servidores e Liderança da Sefaz até 2024;

Criar e Implementar a IDE-Sefaz até 2023 Baseada em Padrões Cartográficos Atualizados, Qualificados e Abertos.

## EXPEDIENTE



**Bruno Soares Reis**  
Prefeito

**Ana Paula Andrade Matos Moreira**  
Vice-prefeita e Secretária de Governo

**Luiz Antônio Vasconcellos Carreira**  
Chefe da Casa Civil

**Thiago Martins Dantas**  
Secretário Municipal de Gestão – Semge

**Giovanna Guiotti Tosta Victer**  
Secretária Municipal da Fazenda – Sefaz

**Leonardo Silva Prates**  
Secretário Municipal da Saúde – SMS

**Otávio Marcelo Matos de Oliveira**  
Secretário Municipal da Educação – Smed

**Fabrizzio Muller Martinez**  
Secretário Municipal de Mobilidade – Semob

**Marise Prado de Oliveira Chastinet**  
Secretária Municipal de Ordem Pública – Semop

**João Xavier Nunes Filho**  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano – Sedur

**Luiz Carlos de Souza**  
Secretário Municipal de Infraestrutura  
e Obras Públicas – Seinfra

**Clístenes Bispo**  
Secretário Municipal de Promoção Social,  
Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – Sempre

**Fábio Rios Mota**  
Secretário Municipal de Cultura e Turismo – Secult

**Ivete Alves do Sacramento**  
Secretária Municipal da Reparação – Semur

**Edna de França Ferreira**  
Secretária Municipal de Sustentabilidade e Resiliência – Secis

**Luciano Ricardo Gomes de Sandes**  
Secretário Municipal de Manutenção da Cidade – Seman

**Fernanda Silva Lordelo**  
Secretária Municipal de Políticas para Mulheres,  
Infância e Juventude – Spmj

**Renata Gendiroba Vidal**  
Secretária Municipal de Comunicação – Secom

**Mila Correia Gonçalves Paes Scarton**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento  
Econômico, Emprego e Renda – Semdec



**Samuel Pereira Araújo**  
Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia – Semit e  
Presidente da Companhia de Governança  
Eletrônica do Salvador – Cogel

**Kaio Vinícius Moraes Leal**  
Secretário Municipal de Articulação Comunitária  
e Prefeituras-Bairro- Sacpb

**Luciana Rodrigues Vieira Lopes**  
Procuradora Geral do Município do Salvador- PGMS

**Jeanclaydson de Almeida Nascimento**  
Ouvidor Geral do Município – OGM

**Maria Rita Góes Garrido**  
Controladora Geral do Município de Salvador – CGMS

**Virgílio Teixeira Daltra**  
Presidente da Companhia de Desenvolvimento  
Urbano de Salvador – Desal

**Omar Antonio Gordilho de Britto**  
Presidente da Empresa de Limpeza Urbana  
do Salvador – Limpurb

**Isaac Chaves Edington**  
Presidente da Empresa Salvador Turismo – Saltur

**Tânia Maria Scofield de Souza Almeida**  
Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF

**Isabela Argolo de Almeida**  
Presidente da Fundação Cidade Mãe – FCM

**Fernando Ferreira de Carvalho**  
Presidente da Fundação Gregório de Mattos – FGM

**Eliezer Ladeia Freire**  
Presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora  
dos Serviços Públicos de Salvador – Aarsal

**Marcus Vinícius Passos Raimundo**  
Superintendente de Trânsito do Salvador – Transalvador

**Orlando César da Costa Castro**  
Superintendente de Obras Públicas de Salvador – Sucop

**Maurício Rosa Lima**  
Diretor Geral da Guarda Civil Municipal do Salvador- GCMS

**Sósthenees Tavares de Almeida Macedo**  
Diretor Geral da Defesa Civil – Codesal

## COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

**Luiz Antônio Vasconcellos Carreira**  
Chefe da Casa Civil

**Moysés de Oliveira Andrade Júnior**  
Subchefe da Casa Civil

**Renata Guimarães Camelyer**  
Coordenação Técnica

**Cássia Geraldi Montenegro**  
Jornalista responsável (MTB 1052)

Fotos: Secom

